

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE COOPERATIVAS**

LUCIANO CARDOSO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL DOS COOPERADOS
DAS COOPERATIVAS PARANAENSES**

CURITIBA

2016

LUCIANO CARDOSO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL DOS COOPERADOS
DAS COOPERATIVAS PARANAENSES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas, da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Cooperativas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sergio Macuchen Nogas

Coorientador: Prof. Dr. Pedro Guilherme Ribeiro Piccoli

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

C268e
2016

Cardoso, Luciano
Educação financeira e endividamento dos cooperados das cooperativas paranaenses / Luciano Cardoso ; orientador: Paulo Sergio Macuchen Nogas, coorientador: Pedro Guilherme Ribeiro Piccoli. – 2016.
101 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016
Bibliografia: f. 96-100

1. Cooperativas – Administração. 2. Dívidas pessoais. 3. Educação financeira. I. Nogas, Paulo Sergio Macuchen. II. Piccoli, Pedro Guilherme Ribeiro. III. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas. IV. Título.

CDD 20 ed. – 658.047

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO PESSOAL DOS COOPERADOS DAS COOPERATIVAS PARANAENSES

Por

LUCIANO CARDOSO

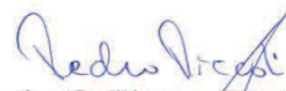
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas, área de concentração em Gestão de Cooperativas, da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Alex Antonio Ferraresi
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas



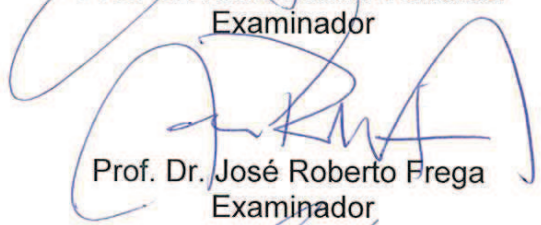
Prof. Dr. Paulo Sergio Macuchen Nogas
Orientador



Prof. Dr. Pedro Guilherme Ribeiro Piccoli
Coorientador



Prof. Dr. Alex Antonio Ferraresi
Examinador



Prof. Dr. José Roberto Frega
Examinador



Prof. Dr. Reginaldo Ferreira Barreiros
Examinador

Ao meu filho Daniel, minha motivação para alcançar todos os objetivos.
À minha esposa Sandy, pelo apoio incondicional frente a todas as dificuldades.
À minha mãe Roseli, pelas palavras incentivadoras perante os desafios.
Ao meu pai Osmar, pelo exemplo de dedicação à família e ao trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que torna tudo possível.

Ao meu orientador, Prof. Paulo Nogas, mestre e amigo desde a graduação.

Ao meu coorientador, Prof. Pedro Piccoli, pelo direcionamento metodológico.

Ao Prof. Wesley Vieira, pelo decisivo auxílio no tratamento dos dados.

Aos professores e colaboradores da Escola de Negócios.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná, representada pelo seu reitor e pró-reitores, que, seguindo sua missão, dispõe de programas de bolsas para seus colaboradores.

Aos meus gestores, Edelmi e Prof. Paulo Baptista, que investiram em mim, concedendo bolsa e propiciando condições de estudo.

A Victor Bento, sempre presente para me ajudar e encorajar.

Ao grupo G8, amigos que participaram da minha formação acadêmica.

À equipe da Controladoria, que ultrapassou o profissional para sempre me apoiar.

Aos colegas de turma, parceiros de desafio, sempre dispostos a cooperar.

Aos que responderam e/ou divulgaram minha pesquisa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram com esta dissertação.

Em especial, à minha família e amigos, que sempre entenderam minhas ausências e estiveram ao meu lado em todos os momentos, bons ou ruins, fáceis ou difíceis, com o acolhimento necessário para eu continuar em frente.

Treine enquanto eles dormem, estude enquanto eles se divertem, persista enquanto eles descansam, e então, viva o que eles sonham.

(Provérbio japonês)

Sorte é o que acontece quando a preparação encontra a oportunidade.

(Autor desconhecido)

RESUMO

Para ter acesso à aquisição de bens ou serviços de maior valor, como um automóvel ou residência, é comum a necessidade de captação de crédito, cuja disponibilidade teve algum crescimento no Brasil. Ocorre que nem sempre a adesão é claramente necessária ou planejada, gerando risco em torno dos temas endividamento pessoal e educação financeira. O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre educação financeira e endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses. A escolha desse público-alvo deu-se devido às características específicas dessas organizações, que, norteadas por seus princípios próprios, conferem ao contexto estudado relevância e ineditismo. Para o público avaliado, foram levantadas hipóteses relacionadas à existência de educação financeira na infância ou adolescência, participação em ações de educação financeira ofertadas ou patrocinadas por cooperativas, ocorrência de endividamento pessoal e busca da relação entre educação financeira e endividamento. Para possibilitar a pesquisa, foi realizada uma *survey*, utilizando questionário com perguntas sobre caracterização cooperativista, perfil socioeconômico, educação financeira e nível de endividamento, o qual foi respondido por 266 cooperados. Os dados para as três hipóteses iniciais levantadas foram analisados com estatística descritiva e teste z. Para a quarta hipótese, foi proposto um modelo para avaliar a relação das variáveis dos construtos perfil socioeconômico e educação financeira com os diferentes graus de endividamento, utilizando a técnica de regressão logística. As três primeiras hipóteses foram confirmadas, enquanto o modelo testado para a quarta mostrou-se significativo para a relação entre educação financeira e inadimplência.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento pessoal. Cooperados.

ABSTRACT

In order to have access to the acquisition of goods or services, as a car or a residence, it is common the necessity of the credit funding, in which the availability had some growth in Brazil. What occurs is that not always the accession is clearly needed or planned, causing risks around the themes of personal indebtedness and financial education. The objective of the present work is to analyze the relation between financial education and personal indebtedness of the members and of the cooperatives of Paraná. The target audience's choice was made due to the specific characteristics of these organizations which, surrounded by their own principles, confers to the studied context relevance and originality. For the evaluated public, it had been raised hypotheses related to the financial education's existence in the childhood or adolescence, participation in financial education's actions offered or sponsored by cooperatives, occurrence of personal indebtedness, and the search of the relation between financial education and indebtedness. To enable the research, it had been organized a survey, using a questionnaire with questions of cooperative's characterization, socioeconomic profile, of financial education and of indebtedness levels, with 266 members. The data for the three initial hypotheses raised were analyzed with descriptive statistics and z-test. For the fourth hypothesis, it was proposed a model to evaluate the relation of the construct socioeconomic profile's variables and financial education with the different degrees of indebtedness using the technique of the logistic regression. The first three hypotheses were confirmed, while the model tested for the fourth hypothesis was shown to be significant to the relation between financial education and bad payer.

Keywords: Financial education. Personal indebtedness. Members.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo do endividamento.	36
Figura 2 – Filtro dos dados coletados.	56
Figura 3 – Localização dos respondentes da pesquisa.....	59
Figura 4 – Modelo proposto para a variável endividamento.....	76
Figura 5 – Modelo proposto para a variável inadimplência.	79
Figura 6 – Modelo proposto para a variável sobre-endividamento.....	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ramo das cooperativas dos respondentes.....	58
Gráfico 2 – Gênero dos respondentes.	60
Gráfico 3 – Faixa etária dos respondentes.....	61
Gráfico 4 – Maior grau de instrução completo dos respondentes.	61
Gráfico 5 – Estado civil dos respondentes.	62
Gráfico 6 – Quantidade de filhos dos respondentes.....	63
Gráfico 7 – Situação da residência dos respondentes.	64
Gráfico 8 – Exercício de atividade remunerada e grau de formalidade.....	65
Gráfico 9 – Faixa de renda bruta mensal formal dos respondentes.	66
Gráfico 10 – Respondentes que receberam educação financeira na infância ou adolescência.	67
Gráfico 11 – Respondentes que participaram de ações de educação financeira na fase adulta.....	69
Gráfico 12 – Conhecimento e participação em ações de educação financeira ofertadas por cooperativas.	69
Gráfico 13 – Endividamento pessoal dos respondentes.	71
Gráfico 14 – Inadimplência pessoal dos respondentes.	73
Gráfico 15 – Sobre-endividamento pessoal dos respondentes.	73
Gráfico 16 – Curva ROC (endividamento).....	78
Gráfico 17 – Curva ROC (inadimplência).	81
Gráfico 18 – Curva ROC (sobre-endividamento).....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do crédito do SFN, exceto a dívida referenciada em moeda estrangeira.	16
Tabela 2 – Endividamento das famílias brasileiras.	17
Tabela 3 – Endividamento das famílias – Paraná x Brasil – abril de 2015.....	23
Tabela 4 – Dependência econômica e de moradia.	63
Tabela 5 – Tempo na atividade remunerada dos respondentes.	65
Tabela 6 – Frequência entre variáveis dependentes e independentes.	75
Tabela 7 – Estimativa do modelo de regressão logística binária (endividamento). ...	77
Tabela 8 – Classificação para a amostra de estimativa (endividamento).....	77
Tabela 9 – Teste de Hosmer-Lemeshow (endividamento).....	78
Tabela 10 – Estimativa do modelo de regressão logística binária (inadimplência). ..	79
Tabela 11 – Classificação para a amostra de estimativa (inadimplência).	80
Tabela 12 – Teste de Hosmer-Lemeshow (inadimplência).	80
Tabela 13 – Estimativa do modelo de regressão logística binária (sobre-endividamento).....	82
Tabela 14 – Classificação para a amostra de estimativa (sobre-endividamento).	82
Tabela 15 – Teste de Hosmer-Lemeshow (sobre-endividamento).....	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AEF-Brasil	Associação de Educação Financeira do Brasil
Agromate	Federação das Cooperativas de Mate
Anbima	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Bacen	Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
CNC	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNseg	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
Conef	Comitê Nacional de Educação Financeira
DDD	Discagem Direta a Distância
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
Febraban	Federação Brasileira de Bancos
Fecomércio-PR	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná
H ₁	Hipótese 1
H ₂	Hipótese 2
H ₃	Hipótese 3
H ₄	Hipótese 4
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MBA	<i>Master in Business Administration</i>
ME	Moeda Estrangeira
MEC	Ministério da Educação

OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
Ocepar	Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
PEF-BC	Programa de Educação Financeira do Banco Central
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
ROC	<i>Receiver Operating Characteristic</i>
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
UF	Unidade da Federação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.2	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2.1	Questão de pesquisa	19
1.3	OBJETIVOS DE PESQUISA.....	19
1.3.1	Objetivo geral	20
1.3.2	Objetivos específicos	20
1.4	JUSTIFICATIVA.....	21
1.5	HIPÓTESES	24
2	REVISÃO DE LITERATURA	27
2.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	27
2.2	ENDIVIDAMENTO PESSOAL	34
2.3	COOPERATIVISMO	38
2.3.1	Cooperativismo paranaense	42
2.4	PESQUISAS RECENTES.....	43
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	46
3.1	ABORDAGEM DA PESQUISA	46
3.2	MÉTODO DE PESQUISA.....	46
3.3	NÍVEL DA PESQUISA	47
3.4	DELINEAMENTO DA PESQUISA	48
3.5	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	49
3.6	COLETA DE DADOS.....	49
3.6.1	Questionário	50
3.7	TRATAMENTO DOS DADOS.....	52
3.7.1	Variáveis analisadas	53
3.8	POPULAÇÃO.....	54
3.8.1	Amostra	55
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	56
4.1	ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS	56
4.2	PERFIL DA AMOSTRA.....	57
4.2.1	Perfil cooperativista da amostra	57
4.2.2	Perfil geográfico da amostra	58

4.2.3 Perfil socioeconômico da amostra.....	60
4.3 IDENTIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	67
4.4 IDENTIFICAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO PESSOAL.....	71
4.5 ESTIMATIVA DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA.....	74
4.5.1 Aplicação do modelo à variável endividamento	76
4.5.2 Aplicação do modelo à variável inadimplência.....	78
4.5.3 Aplicação do modelo à variável sobre-endividamento	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
5.1 LIMITAÇÕES	87
5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	87
REFERÊNCIAS.....	89
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	93
APÊNDICE B – CÓDIGO E CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS	101

1 INTRODUÇÃO

Esta primeira seção tem a finalidade de apresentar o cenário estudado, os problemas encontrados, o que se propôs como objetivo, o que justificou os esforços aplicados no seu desenvolvimento e as hipóteses geradas para esse contexto.

Santos, Kienen e Castiñeira (2015, p. 86) afirmam que a introdução “conceitua e contextualiza o tema a ser pesquisado, diz qual é a razão da escolha do tema, aponta a sua relevância e os objetivos almejados com a pesquisa”. Devido à relevância do tema, os autores ainda orientam que a escrita deve apresentar “uma visão geral da pesquisa: o que quer pesquisar, os objetivos e a importância do tema”.

Buscando atender ao que se espera para esta pesquisa, a seção está estruturada em cinco subseções, assim distribuídas: a primeira traz a contextualização na qual surgiu o tema; a segunda trata do problema de pesquisa e respectiva questão de pesquisa; a terceira apresenta os objetivos geral e específicos; a quarta contempla a justificativa; e a quinta demonstra as hipóteses geradas.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Nos últimos anos, foi possível verificar uma ascensão de parte significativa de brasileiros na pirâmide de renda, ampliando a fronteira de consumo. Para a maior parcela da população, apesar do avanço da renda, o acesso à aquisição de bens ou serviços de maior valor, como um automóvel ou residência, somente é viável por meio de um financiamento (TAKEDA; DAWID, 2013). Takeda e Dawid (2013) afirmam que, quando se tem a expressão “pirâmide de renda”, se deve entendê-la como uma aproximação das classes sociais, enquanto a expressão “fronteira do consumo” deve ser compreendida como reflexo do poder aquisitivo. Essa seria uma iniciativa para facilitar o entendimento, mediante as expressões mais usadas.

Devido à importância das informações supracitadas, e também visando a atender à sua missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente, o Banco Central do Brasil (Bacen) realiza constantes pesquisas sobre o tema, tendo recentemente publicado um relatório de

estabilidade financeira que apresenta dados sobre o crescimento do crédito no Brasil (BACEN, 2016). A Tabela 1 evidencia o crescimento anual do crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), exceto a dívida referenciada em moeda estrangeira.

Tabela 1 – Evolução do crédito do SFN, exceto a dívida referenciada em moeda estrangeira.

Data da apuração	Percentual de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior
Dezembro de 2009	16,3%
Dezembro de 2010	24,6%
Dezembro de 2011	17,3%
Dezembro de 2012	14,4%
Dezembro de 2013	14,3%
Dezembro de 2014	10,8%
Dezembro de 2015	2,8%

Fonte: adaptado de Bacen (2016).

Conforme consta na Tabela 1, nos últimos anos a disponibilidade de crédito no Brasil teve um claro crescimento, totalizando um aumento de 253,1% no período, com uma evidente desaceleração no fim de 2015, relacionada com a situação econômica e política nacional. Ainda assim, é um cenário que proporciona mais acesso para os indivíduos a essa fonte de recursos.

No entanto, o maior acesso ao crédito não garante que sua adesão seja proveniente de uma necessidade vital do indivíduo ou, ainda, realizada com um planejamento adequado, não conferindo a segurança de conseguir honrar com os compromissos assumidos junto ao credor. Tem-se, então, uma situação-problema, pois a disponibilização do crédito pode gerar endividamento, no qual não há garantias de que não se evolua para uma situação mais grave de inadimplência ou falência, cenário que cria campos de estudo visando a diminuir as possibilidades de equívocos na captação de crédito e na geração de dívidas.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 140), um problema “é uma dificuldade teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução”. Ainda, de uma forma mais comum e voltada à necessidade do indivíduo, Gil (2008, p. 33) identifica-o como “algo que provoca desequilíbrio, mal-estar, sofrimento ou constrangimento às pessoas”. De acordo com esses conceitos, tem-se uma situação real e importante: devido à grande oferta de

crédito, é possível que cada vez mais haja a adesão de indivíduos e, conseqüentemente, mais pessoas endividadas.

A Tabela 2 apresenta dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2016), que evidencia o grau de endividamento das famílias brasileiras no período de 2010 a 2016, tendo como base o mês de maio.

Tabela 2 – Endividamento das famílias brasileiras.

Síntese dos resultados (% em relação ao total de famílias)			
Data da apuração	Aspecto		
	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Maio de 2010	58,7%	25,1%	8,5%
Maio de 2011	64,2%	24,4%	8,6%
Maio de 2012	55,9%	23,6%	7,8%
Maio de 2013	64,3%	21,6%	7,5%
Maio de 2014	62,7%	20,9%	6,8%
Maio de 2015	62,4%	21,1%	7,4%
Maio de 2016	58,7%	23,7%	9,0%

Fonte: adaptado de CNC (2016).

Analisando a Tabela 2, verifica-se que a maior parte das famílias brasileiras contraiu dívidas por algum motivo. O percentual de endividados de maio de 2016 é equivalente a maio de 2010, demonstrando um recuo em relação ao crescimento nos três anos anteriores, situação que pode ser explicada pelo atual cenário de crise econômica no país, que faz com que os indivíduos estejam mais cautelosos para contrair dívidas.

Ainda em relação a maio de 2016, uma informação importante é que 32,7% das famílias brasileiras não cumpriram com algum desses compromissos financeiros, tendo 23,7% alegado inadimplência, uma situação passível de resolução, porém 9,0% afirmaram que não teriam condições de se recuperar e pagar os atrasados, tampouco quitar as dívidas.

Diante da relevância dessas informações, é notória a importância do tema endividamento pessoal – foco desta pesquisa –, uma vez que pode afetar o ciclo financeiro dos agentes envolvidos e do mercado como um todo.

Ainda em relação ao cenário apresentado sobre a disponibilidade de crédito, o Bacen (2015) afirma que “a crescente sofisticação dos produtos oferecidos aos consumidores de serviços financeiros aumenta o leque de opções à disposição do cidadão brasileiro, ao mesmo tempo em que lhe atribui maior responsabilidade pelas

escolhas realizadas”. Destaca-se, nessa afirmação, que a questão da responsabilidade é atribuída ao indivíduo, porém para exercê-la faz-se necessário o preparo adequado, que deve ser originado na educação, mais especificamente, na educação financeira. Amadeu (2009, p. 35), a esse respeito, disserta que “podemos assegurar que por meio da educação financeira os indivíduos adquirem conhecimento de instrumentos para a tomada de decisões, que podem ajudá-los no processo de escolhas de consumir, investir e endividar”.

Considerando o exposto, a pertinência do tema educação financeira fica evidenciada, sendo também parte fundamental desta pesquisa, de modo que se justifica modelar sua relação com o endividamento pessoal.

Além dos aspectos já apresentados, a relação entre as variáveis educação financeira e endividamento pessoal não impacta apenas no indivíduo, podendo influenciar organizações, por serem compostas por pessoas, principalmente aquelas com características específicas quanto à sua gestão e direcionamento, contexto em que se enquadram as organizações cooperativistas.

As cooperativas são instituições com características próprias quanto à sua estrutura e governança, que as diferenciam de outros ambientes organizacionais, conforme melhor será detalhado na seção 2. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2014) define-as como “um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social”.

Os três primeiros princípios do cooperativismo, descritos com maior profundidade na seção 2, fazem com que as cooperativas sejam abertas a todas as pessoas, com igualdade de voto com os demais cooperados nos processos decisórios e participação econômica, possibilitando que assumam responsabilidades em uma situação de conflito de interesses, em que o cooperado pode direcionar suas ações em benefício próprio, em detrimento da cooperativa (BIALOSKORSKI NETO, 2012). Por sua vez, o quinto e sétimo princípios direcionam as cooperativas para a promoção da educação e o interesse do desenvolvimento das suas comunidades, ações que podem ser exercidas com iniciativas voltadas à educação financeira, impulsionando a educação na abordagem de um tema específico e, ao mesmo tempo, auxiliando no desenvolvimento sustentável das comunidades ao fornecer condições aos indivíduos para gerir melhor seus recursos.

Pautando-se nos esclarecimentos ora apresentados, a relevância do tema cooperativismo mostra-se claramente e nele se delimita o público-alvo. Além disso, identificou-se a oportunidade de conduzir um estudo verificando a relação entre a educação financeira e o endividamento pessoal de cooperados das cooperativas paranaenses, delimitação apresentada na seção 3, inspirando a questão norteadora desta pesquisa.

1.2.1 Questão de pesquisa

A questão de pesquisa é uma forma de dar foco às ações tomadas em função da sua própria resposta, permeando o que é apresentado na problematização. Sobre o tema, Klein et al. (2015, p. 11) afirmam que “uma questão de pesquisa especifica o que exatamente se deseja saber em relação a um determinado problema (isto é, em relação a uma determinada situação), por meio da pesquisa”.

Atendendo ao conceito apresentado, com abrangência do problema do endividamento pessoal e sua possível relação direta com a educação financeira e delimitando o estudo em cooperados das cooperativas paranaenses, foi elaborada a seguinte questão de pesquisa:

- a) Qual é a relação entre a educação financeira e o endividamento pessoal de cooperados das cooperativas paranaenses?

Para responder a ela, foram desenvolvidos os objetivos geral e específicos, descritos a seguir.

1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA

Os objetivos são as formas de sintetizar o que será buscado para responder à questão de pesquisa, explicitando, assim, o problema apontado. Sobre o tema, Santos, Kienen e Castiñeira (2015, p. 87) afirmam:

Compreendem os propósitos e as metas do estudo, ou seja, que tipos de informações o pesquisador pretende divulgar através da pesquisa. Os objetivos devem ser estabelecidos através de frases concisas, redigidas de forma impessoal. São divididos em dois níveis: geral e específico. Os objetivos específicos devem ser estabelecidos, tendo em conta o tempo disponível para a execução da pesquisa.

Em atenção à necessidade e à relevância evidenciadas anteriormente e, ainda, com o propósito de contribuir para a obtenção dos resultados esperados, a seguir são descritos os objetivos geral e específicos desta pesquisa.

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral é importante para o estabelecimento do foco a ser seguido, garantindo o alinhamento com a questão de pesquisa e fornecendo informações para a definição das próximas etapas do trabalho. Colaborando com o entendimento apresentado sobre o tema, Santos, Kienen e Castiñeira (2015, p. 87) afirmam que “é definido quanto à abrangência de propósitos da questão de pesquisa e da hipótese. Deve repetir, literal ou literariamente, a questão de pesquisa”.

Diante dessas afirmações, buscando relacioná-las com os problemas apontados e, mais especificamente, mantendo o alinhamento com a questão de pesquisa, destaca-se o seguinte objetivo geral:

- a) Analisar a relação entre educação financeira e endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses.

1.3.2 Objetivos específicos

Devido à importância e abrangência do objetivo geral, o caminho até seu alcance deve ser bem planejado. Para isso, são definidos os objetivos específicos, sobre os quais Klein et al. (2015, p. 16) afirmam: “Desdobram o objetivo geral em partes que, em conjunto, levam ao seu cumprimento”. Ainda nesse sentido, Santos, Kienen e Castiñeira (2015, p. 87-88) explicam que “enumeram as etapas da operacionalização do objetivo geral, e devem articular os aspectos relevantes do tema”.

Seguindo as orientações anteriores, com o objetivo de nortear o desenvolvimento da pesquisa e atender ao objetivo geral, este foi decomposto e reestruturado em objetivos específicos, apresentados na sequência:

- a) Apurar se os cooperados das cooperativas paranaenses receberam orientações sobre como cuidar do seu dinheiro na infância ou adolescência.

- b) Identificar a participação dos cooperados das cooperativas paranaenses em programas de educação financeira ofertados ou patrocinados por elas.
- c) Avaliar os cooperados das cooperativas paranaenses quanto ao endividamento pessoal.
- d) Modelar matematicamente a relação entre educação financeira e endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses.

1.4 JUSTIFICATIVA

No atendimento aos critérios metodológicos, a justificativa desta pesquisa está alinhada com o conceito de Klein et al. (2015, p. 17): “Justificar uma pesquisa significa demonstrar a sua relevância para determinado público-alvo que irá beneficiar-se de seus resultados”. Os autores também destacam que “um erro frequentemente cometido é justificar o tema de pesquisa, e não a pesquisa em si” (KLEIN et al., 2015, p. 17).

O crescimento constante da oferta de crédito possibilita que cada vez mais pessoas físicas fiquem endividadas, gerando um problema social devido ao desconhecimento sobre o assunto, conforme abordam Araújo e Souza (2012, p. 7), afirmando que “a falta de conhecimento de conceitos e de produtos financeiros por parte da população dificulta o pleno exercício da cidadania”. De fato, o fácil acesso ao crédito, a falta de habilidade de gerir seu próprio dinheiro, a falta de cultura de investimento e as mais diversas campanhas promocionais para os variados tipos de bem ou serviço parecem interferir fortemente no grau de endividamento e, conseqüentemente, acabam por gerar um ambiente favorável à inadimplência. Esse cenário pode ser agravado quando se analisa que os indivíduos nem sempre compreendem ou aceitam a situação de endividamento em que se envolveram, o que os leva a não buscar soluções ou, ainda, a não se permitir algum tipo de ajuda.

Esses comportamentos sofrem influência da educação financeira, ou melhor, da carência de educação financeira existente no Brasil, devido à ausência desse assunto nos níveis de ensino fundamental e médio (MARTINS, 2004). Nesse sentido, os recentes resultados da PEIC demonstram altos níveis de endividamento, tendendo a apontar mais impactos negativos do que positivos em relação aos programas governamentais voltados ao tema.

Em relação ao tema cooperativismo, a delimitação do público-alvo da pesquisa foi feita com base nos seus princípios e nas possíveis relações destes com a educação financeira e o endividamento pessoal, sejam elas benéficas ou prejudiciais para as cooperativas.

Cabe ressaltar que os princípios possibilitam que os próprios cooperados assumam os cargos de gestão ao longo do tempo, seja por conhecimento na área de atividade, seja por tempo na cooperativa. Frequentemente, a prevalência do critério de tempo na cooperativa sobre a formação gerencial pode fragilizar o processo decisório. Concordando com esse cenário, Zylbersztajn (2002, p. 3) afirma que, “nos casos em que tem a gestão conduzida pelo próprio cooperado, a cooperativa perde algumas vantagens advindas da especialização”. Esse problema pode estar ligado ao despreparo do cooperado ou, ainda, à falta de informações globais da cooperativa em um formato claro a todos os cooperados, possibilitando que sejam interpretadas corretamente.

A educação financeira, além de contribuir na gestão, pode minimizar a incidência de endividamento pessoal, interferindo diretamente nas decisões dos cooperados. Inconscientemente, eles podem tomar decisões (ou contribuir para tal) influenciados pelas necessidades individuais, pois, ao analisar as opções, podem tender seu posicionamento ao que mais conhecem, precisam ou lhes chama atenção. Isso ocorre pelo fato de o associado ser, ao mesmo tempo, usuário e proprietário de seu empreendimento, podendo implementar ações oportunistas (BIALOSKORSKI NETO, 2012).

Ainda sobre o tema, Zylbersztajn (2002, p. 3) esclarece que, “quando ocorre a gestão pelo cooperado de organizações com elevado grau de complexidade, a cooperativa incorre em um problema de separação entre a propriedade e o controle da corporação”. Esse é um problema amplamente abordado na teoria da agência, na qual são estudadas as divergências entre os gestores e os cooperados, quando os primeiros tendem a lutar pelos interesses da cooperativa e os outros, pelos seus interesses particulares, gerando custos do conflito. Tal realidade está muito ligada ao conceito de direito de propriedade, visto que os cooperados são os proprietários e não aceitam que indivíduos delegados por eles para cuidar de seus interesses tomem decisões contrárias, considerando, logicamente, a visão unilateral de um cooperado.

Em direito de propriedade, outros problemas também são estudados, como o de portfólio, que ocorre devido à impossibilidade de os cooperados ajustarem seu portfólio de ativos na cooperativa para corresponder às suas preferências de risco pessoal, em razão da não transferência e liquidez, bem como da falta de instrumentos financeiros de apreciação das quotas-partes nas cooperativas (COOK, 1995). Contribuindo sobre o tema, Pivoto (2013, p. 47) lembra que o “problema do portfólio está ligado às percepções sobre o risco e sobre os negócios alternativos em que a cooperativa deveria se envolver”. O autor ainda destaca que, nessa situação, “o melhor portfólio para a cooperativa pode não ser o mesmo para todos os cooperados, ou seja, haverá cooperado atingindo o ótimo econômico e outros fora desse ponto” (PIVOTO, 2013, p. 47).

Teorias como a da agência e do direito de propriedade avaliam com maior profundidade os conflitos gerados pelo modelo cooperativista, porém não serão temas estudados com profundidade nesta pesquisa, por não serem o objeto de estudo. Por outro lado, contribuem como justificativas para a relevância da pesquisa.

No que tange ao quinto princípio cooperativista – educação, formação e informação –, é relevante identificar se é seguido no aspecto da educação financeira, pois, além da educação propriamente dita, ele pode contribuir para o desenvolvimento do cooperado e da cooperativa, melhorando a atuação da gestão.

A pesquisa também está delimitada geograficamente no Paraná, devido a ser um estado que conta com forte representação no cooperativismo. Em 2014, o Paraná já possuía 223 cooperativas registradas no Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), 1.079.737 cooperados, 79.241 empregados diretos e 2,2 milhões de postos de trabalho indiretos, gerando um faturamento de R\$ 50,9 bilhões (OCEPAR, 2015).

Ainda sobre a delimitação geográfica, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMÉRCIO-PR, 2015) elaborou pesquisa sobre os níveis de endividamento, cujos resultados são evidenciados na Tabela 3.

Tabela 3 – Endividamento das famílias – Paraná x Brasil – abril de 2015.

Nível de endividamento	Paraná	Nacional
Total de Endividados	83,0%	59,6%
Com contas em atraso	26,0%	23,2%
Sem condições de pagar	10,0%	8,2%

Fonte: adaptado de Fecomércio-PR (2015).

Verificando a Tabela 3, constata-se que os números do estado são preocupantes se comparados aos nacionais, visto que a maior parte das famílias paranaenses (83,0%) contraiu dívidas por algum motivo, aproximadamente 26,0% não cumpriram com algum desses compromissos e 10,0% estimaram não ter condições de pagar as dívidas.

Sobre os conceitos apresentados até o momento, é importante identificar se o sétimo princípio cooperativista (interesse pela comunidade) é seguido nos contextos expostos, sendo esta também uma oportunidade, pois as cooperativas podem contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades, visando a minimizar os cenários críticos abordados nesta pesquisa.

Portanto, os temas educação financeira e endividamento pessoal têm relevância tanto individualmente quanto quando considerados em conjunto, especialmente no ambiente do cooperativismo, o que sustenta a pertinência desta pesquisa.

1.5 HIPÓTESES

As hipóteses levantadas representam soluções provisórias para a questão de pesquisa, com o objetivo de orientar na construção e desenvolvimento das atividades. Santos, Kienen e Castiñeira (2015, p. 88) afirmam que “seu estudo irá confirmar ou negar a hipótese levantada. Não há uma norma ou regra fixa para a formulação de hipótese, mas deve ser baseada no conhecimento do assunto e na literatura específica que for levantada”.

De acordo com os conceitos ora apresentados, como contribuição para a execução das etapas desta pesquisa e atingimento dos objetivos específicos, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- a) Hipótese 1 (H₁): a educação financeira dos cooperados das cooperativas paranaenses na infância ou adolescência é fraca ou inexistente.
- b) Hipótese 2 (H₂): não ocorre participação dos cooperados das cooperativas paranaenses em programas de educação financeira ofertados por elas.
- c) Hipótese 3 (H₃): a maioria dos cooperados das cooperativas paranaenses apresenta endividamento.

- d) Hipótese 4 (H₄): quanto maior é a participação em programas de educação financeira, menor é o endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses.

Em relação à H₁, a afirmação de que o resultado mostrará uma educação financeira fraca ou inexistente nessa fase vem ao encontro do pensamento de que uma criança passa oito anos no ensino fundamental, três anos no ensino médio e, durante esses 11 anos de educação básica, é obrigada a memorizar nomes e datas de pouca utilidade na vida real, não estudando noções de comércio, economia, finanças ou impostos (MARTINS, 2004). Esta hipótese é relevante para as cooperativas, visto que está ligada ao quinto princípio cooperativista – educação, formação e informação: as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas; ainda, informam o público, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação (OCB, 2014).

Tratando-se da H₂, o cenário de que não há participação dos indivíduos em iniciativas de educação financeira de suas cooperativas está relacionado com os altos níveis de endividamento apresentados na pesquisa da Fecomércio-PR (2015), sendo uma das possíveis causas desses resultados a falta de educação financeira dos indivíduos, conforme destacam Amadeu (2009) e Pinheiro (2009). A importância desta hipótese refere-se também ao quinto princípio cooperativista, pois se podem promover ações voltadas a essa necessidade.

No que tange à H₃, a indicação de existência de endividamento pessoal por parte do público estudado está amparada pela pesquisa da CNC (2016), que mostra situação de elevado endividamento nas famílias brasileiras. O mérito relacionado a esta hipótese emerge dos possíveis impactos de situações particulares como o endividamento nas decisões do indivíduo, o que pode influenciar o modelo de gestão cooperativista, com o cooperado direcionando suas ações em benefício próprio, em detrimento da cooperativa, situação de possível conflito de interesses apontada por Bialoskorski Neto (2012) e Zylbersztajn (2002).

Por fim, no que se refere à H₄, o quarto objetivo específico prevê modelar a relação entre a existência de educação financeira e os níveis de endividamento pessoal. Essa relação foi indicada como existente por estudos de Claudino, Nunes e

Silva (2009) e Ribeiro et al. (2009). O valor desta hipótese é sustentado pela seriedade dos problemas apontados nas hipóteses anteriores, podendo o modelo proposto comprovar a existência da relação entre educação financeira e endividamento pessoal no contexto deste estudo, auxiliando os gestores de cooperativas no direcionamento de esforços relacionados aos temas estudados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção tem como propósito tornar comuns e revisar os conceitos básicos sobre os temas abordados, disseminando, assim, os entendimentos considerados nas análises realizadas, possibilitando a sustentação das argumentações e conclusões desta dissertação, as quais foram direcionadas pela metodologia descrita na seção 3.

2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A terminologia “educação financeira” é usualmente utilizada como sinônimo de conhecimento financeiro ou, ainda, alfabetização financeira, porém essas expressões são conceitualmente diferentes, pois seus aprofundamentos quanto ao tema finanças possuem dimensões distintas (POTRICH et al., 2014). O foco deste estudo não está relacionado à abrangência ou profundidade das ações relacionadas ao tema e, sim, à existência de iniciativas e seus impactos. Assim, não se fará distinção entre as denominações apresentadas. Para facilitar o direcionamento e entendimento, será adotado o termo “educação financeira” como padrão de referência para tais iniciativas, visto ser a nomenclatura usualmente utilizada nas iniciativas do Bacen.

A expressão “educação financeira” tem sido bastante difundida e seu uso é cada vez mais comum nas diversas classes sociais. Isso se deve à preocupação dos indivíduos com a gestão de seus recursos financeiros, iniciativa despertada pelo aumento no interesse e realização do consumo e alavancada pelo aumento na disponibilidade do crédito. Nesse sentido, o tema começou a despertar interesse internacional, inclusive de órgãos como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (SAITO, 2007). A esse respeito, Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1123) afirmam que “a educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema”. Ainda, os autores dissertam que, “embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1123).

Diante de tais argumentações, a relevância do tema é perceptível, porém emerge outra questão: a realidade dos indivíduos a quem ela se destina, que nem sempre possuem essa compreensão ou, ainda, não receberam formação para o entendimento do assunto, por vezes não conseguindo essa orientação de forma adequada.

A problemática ora apresentada está relacionada com a educação, que não é assunto apenas para educadores, mas um problema de toda a sociedade. No caso da alfabetização financeira, o primeiro passo é enfrentar o descaso e a rejeição. Há uma multidão de adultos, de diferentes profissões, que não se sentem confortáveis com as questões relacionadas ao dinheiro. Uma saída é buscar a própria educação financeira fora da escola convencional (MARTINS, 2004).

Devido a fatos como globalização e crescente acesso à informação, em muitas situações, a disponibilidade de materiais com conteúdo inadequado faz com que não aconteça uma orientação correta. Com isso, os problemas com ausência de educação financeira persistem e podem, inclusive, se agravar, à medida que os indivíduos acreditam, equivocadamente, que estão capacitados. Essa situação pode induzir o indivíduo a comportamentos mais arrojados, assumindo riscos desnecessários ou incoerentes.

Assim, o Bacen (2015) define que “a educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão dos conceitos e produtos financeiros”. Aprofundando o conceito apresentado, ela pode ser entendida como um processo de ensino-aprendizagem que permite desenvolver a capacidade financeira dos indivíduos, para que possam tomar decisões com segurança e fundamento, dotados de competência financeira, e sejam integrados à sociedade, com uma postura proativa na busca de seu bem-estar (AMADEU, 2009). Agora, dando foco à questão do mercado, é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornar mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, fazendo escolhas bem informadas e sabendo onde procurar ajuda ao adotar outras ações efetivas que melhorem seu bem-estar e proteção (ARAÚJO; SOUZA, 2012).

O entendimento comum sobre educação financeira é voltado a uma visão mais individual, do trabalhador assalariado que não consegue controlar suas finanças. Nesse sentido, Saito (2007) utiliza o conceito de educação financeira relacionado à gestão de finanças pessoais. Corroborando essas afirmações, Amadeu (2009, p. 35) expõe que “podemos assegurar que por meio da educação financeira os indivíduos adquirem conhecimento de instrumentos para a tomada de decisões, que podem ajudá-los no processo de escolhas de consumir, investir e endividar”.

Após esses conceitos voltados aos benefícios, pode-se ter a seguinte reflexão: qual é a função da educação financeira? Uma resposta possível é que as famílias, independentemente da classe social, têm desejos de melhor atender às suas necessidades, próprias e familiares. Esses desejos são de difícil acesso, complicados conforme a renda é menor, pois as possibilidades de disponibilidade ou economia são reduzidas. Diante da situação apresentada, a educação financeira pode auxiliar o atingimento do objetivo (AMADEU, 2009).

Assim, em uma análise exclusivamente superficial, podem-se gerar dúvidas como: quais são os benefícios desse tema para a sociedade? O que justifica o interesse de pesquisas e publicações nesse sentido? Ou, ainda, qual é a viabilidade de investimentos para programas voltados a essa necessidade? Em resposta a esses questionamentos, o Bacen (2015) afirma que, com informação, formação e orientação claras, as pessoas adquirem os valores e as competências necessários para se tornar conscientes das oportunidades e dos riscos a elas associados e fazem escolhas bem embasadas, sabendo onde procurar ajuda e adotando outras ações que melhorem seu bem-estar.

A educação financeira sempre foi importante para os consumidores, ajudando a orçar e gerir sua renda, a poupar e investir e a evitar que se tornem vítimas de fraudes, mas sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros e das mudanças demográficas, econômicas e políticas (OCDE, 2004). Além do benefício pessoal, ela favorece o melhor desenvolvimento do mercado financeiro, uma vez que o estimula a oferecer melhores serviços, criando um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores

financeiros criem produtos com as características que melhor correspondem a essas demandas (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

A importância ora destacada pode ser demonstrada pela criação da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), estruturada por instituições importantes como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Essa associação afirma que a educação financeira é uma causa que contribui efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país, pois proporciona à população as competências e habilidades necessárias para inserir em sua vida o planejamento, a gestão de sua renda, a poupança, o investimento e a compreensão de seus direitos (AEF-BRASIL, 2015). Sobre a relevância do tema, como também sobre as instituições criadas ou direcionadas ao tema, o Bacen (2015) disserta que “a educação financeira é um processo que contribui, de modo consistente, para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”.

Em uma visão mais financista, educação financeira é um investimento com ganhos tanto para os clientes quanto para os fornecedores de serviços financeiros. Ao ensinar boas práticas de administração de finanças em relação a ganhos, gastos, poupança e empréstimos, possibilita à população mais pobre melhor gerenciamento de recursos, compreensão das opções financeiras e melhoria de seu bem-estar. Em contrapartida, as instituições microfinanceiras também lucram, pois um cliente informado constitui garantia de melhores resultados, por meio da redução do risco com eventuais atrasos ou inadimplência (AMADEU, 2009).

No mesmo sentido, na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os

indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando seu bem-estar (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Diante desses conceitos, a educação financeira pode ser muito útil aos indivíduos, no sentido de dotá-los do conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança e fazer investimentos estratégicos, auxiliando na tomada de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprir suas obrigações em curto e longo prazo, maximizando seu bem-estar, sendo especialmente importante para as populações que têm sido tradicionalmente subatendidas pelo sistema financeiro (AMADEU, 2009). Assim, verificando os aspectos apresentados, a educação financeira ultrapassa a noção de ser um simples instrumento de obtenção de informações financeiras e conselhos, sendo entendida como um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimento, aptidões e habilidades, transformando indivíduos em cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar suas finanças pessoais, evitando ser manipulados pelas propagandas que levam a um consumo desenfreado e ao consequente endividamento pessoal (AMADEU, 2009).

No intuito de legitimar o tema, não há como negar que a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias, que impactam economicamente na sociedade. Desse modo, torna-se extremamente necessário ampliar a visão sobre o assunto e discutir os paradigmas que surgem da inserção da educação financeira no contexto político (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Destaca-se, novamente, a importância do tema, sendo latente a necessidade de haver mecanismos para o aprimoramento da educação financeira dos indivíduos; tal responsabilidade é, aliás, compartilhada por diversas organizações existentes, públicas ou privadas. Nessa óptica, Amadeu (2009, p. 25) afirma que “os agentes envolvidos no processo de educação financeira são as escolas, as empresas, o governo, as instituições financeiras e as organizações da sociedade civil, também conhecidas como ONGs”.

Estando as discussões sobre importância e responsabilidades encaminhadas, pode-se buscar o entendimento sobre o quadro atual da educação financeira no Brasil e as iniciativas que estão sendo tomadas. Em comparação com outras

nações, Saito (2007) constatou que o processo de inserção da educação em finanças pessoais está em ritmo mais intenso nos Estados Unidos, Reino Unido, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul do que nos países do Leste Europeu e da América Latina, inclusive o Brasil. A realidade apresentada tem fundamentação na mudança econômica do Brasil, pois o quadro inflacionário nacional do período entre a década de 1980 e meados da década de 1990 não possibilitava muitas manobras financeiras para a maior parte da população, tornando a educação financeira pouco aplicável. Nesse processo inflacionário, o “curto-prazismo” foi a característica dominante nas decisões financeiras, levando os indivíduos a buscar mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e patrimônio. A escolha de ativos reais e a procura por liquidez tendiam a tornar essas decisões imediatistas e a encurtar o horizonte de planejamento. Desse modo, passou-se a priorizar o consumo, deixando de se criar uma cultura de poupança de longo prazo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

O extenso período de inflação comprometeu a capacidade de planejamento econômico-financeiro de longo prazo. Com a abertura econômica, no início dos anos 1990, e o processo de estabilização do Plano Real, o mercado financeiro nacional transformou-se e criou novos instrumentos, aumentando a complexidade dos produtos oferecidos. Desse modo, os indivíduos e as famílias passaram a demandar maior conhecimento e informação atualizada, para tomar suas decisões financeiras de forma fundamentada e segura. Com a estabilidade, inverteram-se as premissas e os prazos foram ampliados progressivamente. Os ativos financeiros foram valorizados em relação a imóveis, terras e outros bens reais. No entanto, a transição para esse novo universo não aconteceu naturalmente, ou seja, foi um longo aprendizado, por parte dos indivíduos e das famílias, sobre a nova óptica da gestão financeira de seu patrimônio pessoal. Com o novo quadro da estabilização da moeda e controle da inflação, surgiu, então, a possibilidade de planejar o que seria feito com os recursos financeiros e o tema educação financeira ganhou relevância contemporânea.

No Brasil, as medidas tomadas pelos órgãos governamentais, instituições financeiras e de ensino, associações e mídia são insuficientes para atender à demanda social pelo desenvolvimento da capacitação financeira da população. (SAITO, 2007). Organizações privadas, bancos e algumas empresas desenvolvem

práticas para minorar essa lacuna e orientar os clientes e usuários dos seus produtos. No entanto, tais ações não bastam para alterar a situação vigente da população, com os produtos destinados às pessoas físicas em franca expansão.

Mesmo com o cenário apresentado, no qual ainda o tema educação financeira não tem as iniciativas adequadas sobre os aspectos quantidade, qualidade e abrangência, pode-se ter perspectivas positivas e afirmar que o assunto está ganhando mais destaque no Brasil, pois nos últimos anos aconteceram iniciativas governamentais importantes para fomentar e fortalecer o desenvolvimento de ações relacionadas a ele. Essa afirmação é confirmada pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2015), que assegura a existência de “uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil”. Criada por meio do Decreto Federal nº 7.397/2010, “tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes” (ENEF, 2015).

Além de atuar no Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), o Bacen conta com suas próprias ações, como o Programa de Educação Financeira do Banco Central (PEF-BC), visando a criar condições para que os indivíduos e a sociedade brasileira possam administrar seus recursos financeiros de maneira consciente e, dessa forma, contribuir para assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. Ao promover ações de educação financeira no âmbito de um programa integrado, o Bacen busca atingir as dimensões cognitiva, atitudinal e comportamental, uma vez que o melhor desempenho de cada cidadão em sua vida financeira contribui para o melhor desempenho da economia brasileira, por isso a busca por atuar junto à sociedade, trabalhando para incluí-la e educá-la financeiramente.

Conforme apresentado, notoriamente o governo federal está buscando desenvolver e aplicar iniciativas relacionadas à educação financeira, direcionando seus esforços para as classes sociais menos providas.

Como apontado anteriormente, uma constatação relevante acerca da educação financeira, ou da falta dela, é o fato de a criança passar oito anos no ensino fundamental, três anos no ensino médio e, durante esses onze anos de educação básica, ser obrigada a memorizar nomes e datas de pouca utilidade na

vida real, mas não estudar noções de comércio, economia, finanças ou impostos. Em outras palavras, o sistema educacional ignora o assunto “dinheiro”, algo incompreensível, visto que a alfabetização financeira é fundamental para ser bem-sucedido em um mundo complexo. Se fizer um curso universitário fora da área de sociais aplicadas, o estudante completará sua formação superior sem noções de finanças (MARTINS, 2004). Esse exemplo pode estar desatualizado do ponto de vista temporal sobre a composição do ensino fundamental e médio, bem como é rigoroso na análise da formação superior em relação ao destaque apenas da área econômica. De todo modo, os problemas são reais e permanecem, mas há iniciativas em andamento que visam a corrigir essas questões. Ainda não se chegou à inclusão do tema nas matrizes curriculares de todos os níveis de ensino, mas espera-se que alcance os estudantes de modo efetivo.

A situação ora descrita ocorre por não haver obrigatoriedade da educação financeira no sistema de ensino. O Ministério da Educação (MEC) preconiza a contextualização do ensino, que pressupõe um processo de aprendizagem apoiado no desenvolvimento de competências para inserção dos estudantes na vida adulta, mediante a multidisciplinaridade e o incentivo do raciocínio e da capacidade de aprender, mas não demonstra uma preocupação explícita com a inserção da educação financeira no ensino (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Em resumo, os benefícios individuais, somados à crescente destinação de recursos por parte do governo federal para as iniciativas expostas, contribuem com a sociedade, movimentando a economia de forma planejada e sem comprometimento. Destaca-se que, além de disponibilizar os programas, é essencial demonstrar sua importância para as pessoas físicas, para que possam eliminar os preconceitos envolvidos e busquem auxílio. Nesse sentido, Martins (2004, p. 93) afirma que, “quanto à educação financeira, é preciso que o próprio indivíduo se convença a buscá-la, em um processo de ‘vender para si mesmo’ a ideia de que adquirir conhecimentos financeiros é útil e necessário”.

2.2 ENDIVIDAMENTO PESSOAL

O endividamento surge de uma necessidade ou vontade não controlada de aquisição de bens e/ou serviços, em que o agente da ação não possui recursos

próprios para realizar integralmente a quitação da compra, busca, então, no mercado uma fonte adicional de recursos para atingir seu objetivo; a partir desse momento, contrai uma dívida, compromisso que pode ser firmado de várias formas, geralmente tendo os pagamentos programados em datas e valores, estando, assim, endividado até a quitação completa.

Seguindo a mesma linha de pensamento e incluindo as variáveis juros e correção, endividamento é o saldo devedor de um agregado, o que significa dizer que é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo. Ao se apossar desse recurso, estabelece-se o compromisso de devolver, com data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

O estado de endividamento é muito comum no Brasil, devido à disponibilidade cada vez maior de crédito. Ao mesmo tempo, mostra-se como uma situação de risco para o indivíduo, pois às vezes não se tem o preparo adequado para administrar essa situação ou acontecem eventos inesperados, situação que pode evoluir para um descontrole financeiro. Aliás, a situação de descontrole financeiro também está cada vez mais comum, com os indivíduos contraindo dívidas acima das suas possibilidades ou, ainda, não havendo acompanhamento adequado do estado de endividamento; ambas as situações fazem com que o endividado não consiga honrar os compromissos assumidos em relação ao pagamento do crédito captado, gerando inadimplência.

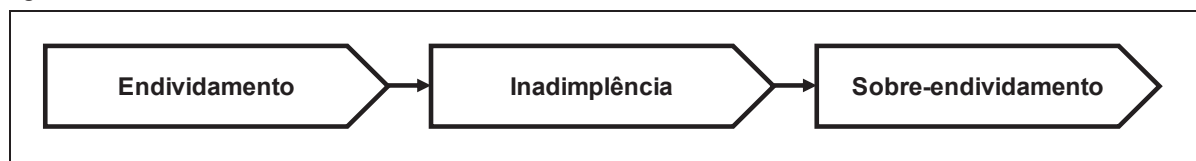
Em conformidade ao exposto, Claudino, Nunes e Silva (2009, p. 4) afirmam que “o endividamento pode ser acompanhado pelo descumprimento do compromisso assumido com outrem, surgindo assim a inadimplência, ou seja, o não pagamento pontual dos compromissos financeiros por parte do devedor”. Diante disso, a possibilidade de o endividado evoluir negativamente é muito alta, pois inicialmente já adquiriu crédito no mercado, o qual normalmente deve ser devolvido com um valor adicional ao nominal como remuneração pela concessão, devendo estar na previsão de pagamento. Se para esse indivíduo não é possível honrar o compromisso inicial, o não cumprimento dos pagamentos na situação de inadimplência normalmente também prevê penalidades financeiras, agravando consideravelmente sua saúde financeira.

Resumidamente, nesse processo, o indivíduo que não possui recursos para atender às suas necessidades busca captar recursos de terceiros, não consegue honrar os compromissos assumidos e tem de arcar com mais penalidades financeiras. Com isso, a situação fica mais complicada, pois ele precisa de mais condições para quitar todos os contratempos financeiros, solucionando primeiramente a inadimplência e posteriormente o endividamento.

Na maioria dos casos, a evolução da situação acaba sofrendo o efeito “bola de neve”, com acúmulo de juros e correções, fazendo com que o valor da dívida aumente até o nível em que o indivíduo endividado não tenha mais condições de honrar os compromissos financeiros, acontecendo a falência, também conhecida como sobre-endividamento ou insolvência, que consiste nos casos em que o devedor está completamente impossibilitado, de forma duradoura ou estrutural, de pagar uma ou mais dívidas (CLAUDINO; NUNES; SILVA, 2009).

Diante do exposto, verifica-se que alguma necessidade ou vontade de consumo é passível de realização por meio do crédito, produto cada vez mais disponível. A partir da sua adesão, o indivíduo encontra-se em situação de endividamento, que, se não cumpridos os compromissos associados, passa para inadimplência, a qual, se não há condições de regularizar a dívida, avança a um estado de sobre-endividamento, em que não há expectativas de que o indivíduo tenha solução. Essas etapas do endividamento estão representadas na Figura 1.

Figura 1 – Ciclo do endividamento.



Fonte: o autor (2016).

Outra situação que merece análise é o número de dívidas, pois o indivíduo pode estar em situação de endividamento, inadimplência ou falência devido a uma ou mais dívidas. Especificamente no caso de mais de uma dívida simultaneamente, a reversão dessa situação é mais complexa, sendo denominada multiendividamento por Ribeiro et al. (2009).

Uma forma de minimizar os problemas apresentados seria a conscientização dos indivíduos quanto aos riscos da adesão à captação de crédito, para que

entendam os benefícios e suas obrigações no processo e, então, possam se planejar. Esse processo está atrelado aos programas de educação financeira, tema apresentado na subseção anterior. Nesse sentido, Pinheiro (2009, p. 4) afirma que “a carência de educação financeira expõe os agentes a riscos, o que acarreta danos não apenas às suas vidas, mas também à sociedade como um todo”.

Ainda em relação às variáveis, a educação financeira, por meio do conhecimento dos instrumentos para a tomada de decisões, após o reconhecimento das razões que levam ao endividamento, pode ajudar no processo anterior ao endividamento, mediante o planejamento orçamentário, ou até mesmo no processo em andamento, quando os indivíduos podem escolher formas de endividamento mais baratas e de controle de suas despesas (RIBEIRO et al., 2009).

Um ponto de alerta a ser considerado é que a educação financeira, por si só, não é a solução para todos os problemas da geração do endividamento, visto que esta está ligada aos impulsos consumistas dos indivíduos. Nesse caso, outras ações devem ser tomadas para orientar e também proteger os consumidores. Concordando com essas afirmações, Claudino, Nunes e Silva (2009, p. 4) esclarecem que

a educação financeira, combinada com instrumentos como leis de proteção ao consumidor, regulamentação dos empréstimos e do funcionamento dos bancos, financeiras e comércio, é uma medida fundamental para reduzir o problema do sobre-endividamento.

Deve-se observar que a origem do endividamento nem sempre é a iniciativa de um indivíduo de consumir algum produto ou serviço, pois pode sofrer influências externas que impactam nos rendimentos ou nos compromissos assumidos. Diante disso, pode-se afirmar que ela pode ser passiva ou ativa. No mesmo sentido, com uma visão diferenciada, o sobre-endividamento ativo ocorre quando o devedor contribui ativamente para se colocar em uma situação de impossibilidade de pagamento e o passivo, quando essa impossibilidade resulta da ocorrência de situações imprevistas (RUBERTO et al., 2013).

Um indivíduo pode ser passivo em uma situação de endividamento, inadimplência ou sobre-endividamento quando a origem não é sua iniciativa, como, por exemplo, na perda do emprego; em alguns casos, faz-se necessário contrair dívidas para manter o funcionamento do lar ou outras responsabilidades, na

expectativa de conseguir um novo emprego e sanar o endividamento. Por outro lado, quando o indivíduo, de forma ativa, contrai uma dívida visando a atender à necessidade de aquisição de algo (bem, serviço ou ambos), aceita as condições impostas pelo mercado para a disponibilização do crédito.

O Paraná, delimitação geográfica desta pesquisa, apresenta números mais preocupantes se comparado ao total nacional, conforme apresentado anteriormente. Para entender as causas dessas variações, são necessários estudos específicos, que não são o foco desta pesquisa, mas é importante analisar que, independentemente das variações dos percentuais apresentados, os números são representativos, demonstrando que existe uma crise de endividamento em âmbito nacional, também refletida no Paraná com maior intensidade, fatos que colaboram para justificar a importância do tema proposto.

2.3 COOPERATIVISMO

Conforme a OCB (2014), “cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia”. Com uma visão mais prática, Gimenes e Gimenes (2008) afirmam que as cooperativas são controladas pelos próprios cooperados, que são seus proprietários, sendo os benefícios gerados distribuídos de acordo com a utilização da organização.

O cooperativismo surgiu durante a Revolução Industrial, na Inglaterra, ocorrida no século XVIII, quando a mão de obra perdeu grande poder de troca, resultando em baixos salários e longa jornada de trabalho, que trouxeram muitas dificuldades socioeconômicas para a população. Diante dessas dificuldades, surgiram lideranças entre os operários, que, utilizando experiências anteriores como base, buscaram alternativas e concluíram que, com a organização formal chamada cooperativa, era possível superar as dificuldades, desde que fossem respeitados os valores do ser humano e praticadas regras, normas e princípios próprios, característica forte do modelo até os tempos atuais.

Com o aprendizado das tentativas anteriores, 28 operários, em sua maioria tecelões, reuniram-se para avaliar suas ideias. Respeitaram seus costumes e

tradições e estabeleceram normas e metas para a organização de uma cooperativa. Após um ano de trabalho, acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo, em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra). Nasceu, então, a Sociedade dos Probos de Rochdale, reconhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Ela criou os princípios morais e a conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico. Em 1848, já eram 140 membros e, 12 anos depois, chegou a 3.450 sócios, com um capital de 152 mil libras.

Esse modelo continuou a se expandir, tendo acontecido o I Congresso Internacional de Cooperativismo, em Londres, no ano de 1895, no qual nasceu a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que define o cooperativismo como uma “associação de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida” (ICA, 2016, tradução nossa).

Fica clara a origem do cooperativismo como a união de pessoas voltadas ao bem comum, ultrapassando as dificuldades em conjunto, utilizando a força do conjunto e beneficiando todos os envolvidos. Nesse sentido, é um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital, visa às necessidades do grupo e não o lucro, bem como busca prosperidade conjunta e não individual. Essas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (OCB, 2014).

Para que o movimento obtivesse êxito e se tornasse o modelo de sucesso que é hoje, foi necessária a elaboração de doutrinas comportamentais, para seu direcionamento. Segundo a OCB (2014), “os sete princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Derivam da época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, na Inglaterra em 1844”. Esses princípios foram adaptados e aprovados pela ACI, sendo eles:

- a) Adesão voluntária e livre: as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

- b) **Gestão democrática:** as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante eles. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.
- c) **Participação econômica dos membros:** os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente pela criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
- d) **Autonomia e independência:** as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, deverão fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
- e) **Educação, formação e informação:** as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir, eficazmente, para seu desenvolvimento. Informam o público, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
- f) **Intercooperação:** as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

- g) Interesse pela comunidade: as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades mediante políticas aprovadas pelos membros.

Esse conjunto de princípios pretende construir, de forma bastante consistente e orgânica, a base teórica e as ideias motrizes do cooperativismo. Deles derivam uma série de premissas e consequências organizacionais e administrativas que caracterizam o empreendimento cooperativo (SILVA, 2013).

Em relação ao funcionamento prático desses princípios, Ricken (2009, p. 23) afirma que

nas organizações cooperativas, a lógica interna de tomada de decisão não é orientada pelo capital, mas sim, pelo interesse das pessoas que compõem a cooperativa (cada cooperado um voto), onde há necessidade da prática da democracia e da solidariedade para o seu funcionamento.

Com a existência desse modelo único, gerido por meio de princípios, a forma de planejar e executar as atividades não é fácil. Assim, faz-se fundamental a definição do formato dos processos decisórios, traduzindo os princípios cooperativistas em assembleias para que se tomem as decisões necessárias. Sobre esse modelo de processo decisório, como toda forma organizada de gestão, uma cooperativa tem por trás uma estrutura sólida e bem dividida. Cada pessoa interessada em participar de um empreendimento como este deve conhecer as formas de funcionamento, as determinações legais e todas as características que garantem a condução de ações, da maneira mais harmoniosa possível.

É interessante informar que, antes do descobrimento do Brasil, a cooperação era percebida nos sistemas indígenas, porém o modelo desenvolveu-se com a contribuição da “República dos Guaranis”, experiência associacionista promovida pelos padres jesuítas depois da chegada dos portugueses ao país. Com a imigração europeia, foram introduzidas as primeiras ações cooperativistas modernas, principalmente aquelas advindas da Alemanha e da Itália, e, conseqüentemente, formadas as primeiras cooperativas (BIALOSKORSKI NETO, 2012).

Portanto, o cooperativismo é um modelo de organização diferenciado, cujos princípios e modelo decisório seguem os conceitos originais, apesar de a realidade econômica e social atual ser diferente. Assim, é importante a elaboração de novos estudos para que o modelo continue viável. Nesse sentido, Rodrigues (1997) expõe

uma forte relação entre a cooperativa e seu cooperado, afirmando que sem cooperados não há cooperativa e sem cooperativa sólida não há futuro para os cooperados. Para ele, o grande desafio atual do cooperativismo é conciliar seus princípios doutrinários (baseados na solidariedade, igualdade, fraternidade e liberdade) com o espírito competitivo da livre concorrência, no qual se inserem as cooperativas em suas relações com o ambiente externo.

2.3.1 Cooperativismo paranaense

No Paraná, os primeiros movimentos marcados pela cooperação surgiram no ano de 1829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães, que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje um município. Esses imigrantes trouxeram entre seus valores a prática da cooperação e logo procuraram organizar sua vida comunitária em estruturas baseadas em atividades em comum, tanto na prática de compra e venda de produtos quanto em suas necessidades de educação e lazer (OCEPAR, 2015). De fato, diversos movimentos embasados no espírito da cooperação surgiram, até 1911, entre alguns dos mais de cem grupos de imigrantes aqui chegados. Todavia, o mais importante movimento pré-cooperativista ocorreu entre os franceses, que, em 1847, fundaram a Colônia Thereza Cristina, hoje município de Cândido de Abreu. Importa também registrar a chegada a Carambeí, no ano de 1911, de 450 holandeses, que fundaram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, existente até hoje e considerada uma cooperativa exemplar e de destaque.

No Paraná, em torno das cooperativas, surgiram cidades que cresceram e se desenvolveram devido à sua instalação no local. Hoje, não seria possível para algumas cidades sustentar e manter o desenvolvimento sem as cooperativas e suas indústrias, que, em alguns locais, são as maiores fontes geradoras de renda.

O movimento cresceu a partir da década de 1920, entre madeireiros e ervateiros. Entre os anos 1930 e 1940, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas de Mate (Agromate), mas foi a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções maiores, com o início das discussões para a implantação de projetos de integração.

Somente entre 2010 e 2015, o cooperativismo do estado cresceu 132,7% em faturamento, passando de R\$ 25,93 bilhões para R\$ 60,33 bilhões no período. No último ano, o setor expandiu 20,4% (OCEPAR, 2016), um resultado expressivo na atual situação econômica do país.

Diante da importância do cooperativismo paranaense, esta pesquisa visa a contribuir para esse modelo de organização, mostrando o impacto dos aspectos estudados nas cooperativas, auxiliando nas ações para atender aos seus princípios, bem como na sua gestão, feita por indivíduos em seu modelo próprio de organização.

2.4 PESQUISAS RECENTES

A revisão de literatura, além de difundir e atualizar os conceitos básicos sobre os temas abordados, apresentando os entendimentos considerados nas análises realizadas, para possibilitar a sustentação das argumentações e conclusões, evidencia a importância deste estudo, sendo necessário mostrar o que está sendo pesquisado e os respectivos resultados em relação aos temas escolhidos.

Tratando-se de educação financeira, Savoia, Saito e Santana (2007) realizaram um estudo sobre os paradigmas da educação financeira no Brasil, contextualizando a situação nacional em relação aos demais países-membros da OCDE. Concluíram que há uma situação preocupante no âmbito da educação financeira, demandando urgência na inserção do tema em todas as esferas, ainda mais considerando a desequilibrada distribuição de renda do país, além de ser necessária uma coordenação maior de esforços e monitoramento das iniciativas do setor privado.

Em seu estudo, Pinheiro (2009) analisou a educação financeira e a previdenciária, objetivando propiciar práticas para melhorar os fundos de pensão. Como conclusão, apontou que a população brasileira, assim como a mundial, carece de melhor compreensão acerca desse produto, o que pode trazer consequências importantes para o bem-estar do indivíduo e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Já na pesquisa de Vieira, Bataglia e Sereia (2011), a educação financeira teve sua influência analisada no contexto das decisões de consumo, investimento e

finanças, tendo como público alunos de uma universidade pública do norte do Paraná. Nesse trabalho, foi feita uma *survey* com questionário, cujos resultados foram analisados pelo *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), aplicando teste estatístico não paramétrico e Qui-quadrado de Pearson. Como conclusão, observou-se que a formação acadêmica contribui para uma melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança dos indivíduos, havendo, ainda, outras fontes de conhecimento relevantes.

Em relação a endividamento, Ribeiro et al. (2009) realizaram uma pesquisa analisando os gastos e propensão ao endividamento de estudantes de administração, em que foi feita uma *survey* utilizando questionário como instrumento; os dados foram tratados com estatística descritiva, teste t e Qui-quadrado e coeficiente de correlação, no Microsoft Excel e no SPSS. Como resultado, foram identificados os fatores comportamentais que afetam a propensão ao endividamento, tais como: materialismo, gênero, renda, trabalho e práticas religiosas; ademais, verificou-se que os respondentes estavam conscientes de que era necessário um acompanhamento e controle da dívida, conseguindo economizar frequentemente e gastar menos do que ganhavam, indicando baixa propensão ao endividamento.

No trabalho de Ruberto et al. (2013), foi verificada a influência dos fatores macroeconômicos no endividamento das famílias brasileiras no período de 2005 a 2012, tendo sido aplicada a regressão dos dados secundários do período. Os resultados indicaram que uma parcela significativa do endividamento das famílias não pode ser explicada por aspectos macroeconômicos.

Avaliando as finanças pessoais de servidores públicos, Claudino, Nunes e Silva (2009) buscaram identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento, aplicando questionário para coletar os dados, os quais foram tabulados no SPSS e no Microsoft Excel aplicando análises de frequências, correlação de Spearman e medidas de tendência central. Apurou-se que o nível de educação financeira da amostra era insatisfatório, o nível de endividamento estava baixo e, quanto à relação dessas variáveis, as maiores dívidas estavam associadas à baixa educação financeira.

No que tange ao cooperativismo, Pivoto (2013) pesquisou a governança cooperativista, analisando os problemas do direito de propriedades em cooperativas

agrícolas do Rio Grande do Sul; utilizou-se um questionário estruturado para coletar os dados, os quais foram analisados com estatística descritiva, correlação e análise de conteúdo. Como resultado, os problemas relacionados ao direito de propriedade foram constatados na amostra.

Em sua pesquisa, Ricken (2009) verificou a integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná; os dados foram coletados por meio de entrevistas e submetidos à análise de conteúdo. Como aspecto geral, conclui-se que é necessário um novo modelo de integração para obtenção de melhores resultados.

Por sua vez, ao pesquisar sobre governança e sua relação com a fidelidade em cooperativas, Ferreira (2014) efetuou coleta de dados por meio de entrevistas com *experts* e questionários enviados para cooperativas, tendo sido as entrevistas transcritas e catalogadas e os dados dos questionários analisados com estatística descritiva. Como resultado, foram constatadas várias falhas que prejudicam a fidelização em cooperativas, com destaque para aquelas de gestão, no que se refere à necessidade de profissionalização da gestão, e de separação dos comandos político e executivo.

Além das contribuições apresentadas e contextualizadas na seção 1, esta pesquisa visa a contribuir para o campo teórico, relacionando as variáveis educação financeira e endividamento pessoal com cooperativismo, um modelo que não foi encontrado em outros estudos, sendo, assim, inédito.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados no estudo, os quais foram escolhidos e delineados buscando adequar-se ao objetivo desta pesquisa, apresentados na seção 1. Para alcançar essa meta, é fundamental a aplicação da metodologia adequada, a fim de que o estudo seja aceito pela comunidade científica e contribua para a sociedade. Uma questão importante, nesse sentido, é o rigor da testagem que distingue o método científico (HAIR JR et al., 2005).

Todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; em contrapartida, nem todos os ramos de estudo que empregam esses métodos são ciências. Dessas afirmações, pode-se concluir que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos (LAKATOS; MARCONI, 2011).

3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

Sobre a abordagem a ser aplicada, considera-se esta pesquisa quantitativa, uma vez que seus dados foram modelados matematicamente. Santos, Kienen e Castiñeira (2015, p. 104) afirmam que a pesquisa quantitativa tem como característica predominante o “estudo matemático ou estatístico fundamentado na comprovação empírica” de algum fenômeno, sem necessariamente explicá-lo ou entendê-lo, o que está mais voltado à pesquisa qualitativa.

Ainda, o enfoque quantitativo deste trabalho está sustentado na utilização de coleta de dados visando a testar as hipóteses levantadas, baseando-se na medição numérica e na análise estatística, buscando estabelecer padrões e comprovar teorias ou um problema de estudo delimitado e concreto (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

3.2 MÉTODO DE PESQUISA

O método a ser escolhido é importante para a execução de uma pesquisa, pois determina o caminho a ser tomado. Sobre o assunto, Gil (2008, p. 8) afirma que,

para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilite chegar a esse conhecimento.

Atendendo à importância do tema, com base nos objetivos geral e específicos apresentados nesta pesquisa, o método adequado é o hipotético-dedutivo, pois, a partir de hipóteses levantadas, foram feitas proposições com base em experiências, partindo do geral para o particular. Esse método tem por objetivo estabelecer relações de causalidade entre os fatos considerados no estudo; para tanto, trata os participantes da pesquisa como objetos, não sujeitos, visando a manter uma distância objetiva entre o pesquisador e o *corpus* humano (SANTOS; KIENEN; CASTIÑEIRA, 2015).

3.3 NÍVEL DA PESQUISA

Conforme Gil (2002, p. 41), “é sabido que toda e qualquer classificação se faz mediante algum critério. Com relação às pesquisas, é usual a classificação com base em seus objetivos gerais”.

Em relação aos objetivos, considerando as informações apresentadas, este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva e correlacional, uma vez que descreve a existência, com relevância estatística, das variáveis estudadas e a relação entre elas, neste caso, educação financeira e endividamento pessoal, dentro do contexto do estudo. Corroborando essa classificação, Gil (2002, p. 42) ressalta que “também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associação entre variáveis”.

Conforme demonstrado nas formas de coleta e análise de dados desta pesquisa, os respectivos resultados foram organizados e interpretados sem a interferência do pesquisador, para posterior apresentação dos dados obtidos com o devido rigor metodológico. Isso está de acordo com o entendimento de pesquisa descritiva de Santos, Kienen e Castiñeira (2015, p. 99-100), para quem, “neste

procedimento, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles. Incluem-se nesta pesquisa a maioria das pesquisas desenvolvidas nas ciências humanas e sociais”.

Ainda, como pesquisa correlacional, quantifica-se a relação entre as variáveis, pois esse tipo de pesquisa tem como finalidade conhecer a relação ou o grau de associação existente entre as variáveis, em um contexto específico (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

3.4 DELINEAMENTO DA PESQUISA

De acordo com Klein et al. (2015, p. 34), “ao definir o método, o pesquisador delinea a sua estratégia de pesquisa, ou seja, escolhe os procedimentos técnicos a serem utilizados no processo de investigação científica”.

O delineamento desta pesquisa buscou gerar dados suficientes para que fosse realizado o estudo, visando ao atingimento dos objetivos geral e específicos; para tanto, foram utilizados apenas dados primários, ou seja, não foram empregadas bases coletadas e trabalhadas anteriormente, apenas os dados levantados durante a coleta. Atendendo a isso, o delineamento consistiu na *survey*, também conhecida como pesquisa de levantamento, na qual, segundo Gil (2008, p. 55), “procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados”.

Esse delineamento de pesquisa trata de padrões e procedimentos práticos para levantamentos feitos a fim de fornecer descrições estatísticas de pessoas por meio de perguntas, normalmente aplicadas em uma amostra. Assim, abrange amostragem, com formulação de questões e métodos de coleta de dados (FOWLER, 2011). Ademais, Fowler (2011) afirma que o rendimento das pessoas e a forma como elas gastam seu dinheiro constitui área na qual apenas levantamentos podem fornecer dados confiáveis. De fato, os padrões de gastos dos consumidores e suas expectativas relevam-se importantes na previsão de tendências na economia, estando os aspectos desse conceito totalmente relacionados com esta pesquisa, auxiliando na confirmação do delineamento.

3.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

A delimitação é importante para que se conheça a abrangência da pesquisa, fazendo com que tenha foco quanto aos objetivos, evitando que tome proporções que possam a inviabilizar. Assim, sendo um trabalho descritivo, generalizável, a pesquisa teve duas delimitações:

- a) Delimitação quanto ao público: foram considerados apenas os indivíduos cooperados das cooperativas paranaenses.
- b) Delimitação geográfica: foram considerados apenas os indivíduos cooperados de cooperativas localizadas fisicamente no estado do Paraná.

3.6 COLETA DE DADOS

De acordo com Hair Jr et al. (2005, p. 152), “os pesquisadores, através da mensuração, descrevem fenômenos que existem no mundo empresarial [...]. Para descrever fenômenos, os pesquisadores devem ter dados”.

Foram coletados apenas dados primários para o estudo propriamente dito, por meio de questionário. Lakatos e Marconi (2010, p. 185) atestam que o questionário “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Esse instrumento foi aplicado por meio da internet, utilizando a plataforma Qualtrics, ferramenta *on-line* que possibilita criar e distribuir questionários, bem como acompanhar as respostas recebidas, armazenando e tratando esses dados. A escolha da plataforma deu-se pela facilidade de criação do questionário, simplicidade de aplicação, facilidade e rapidez de acessar os dados das respostas e, também, questão ambiental, visto que evita o uso de papel para a aplicação da pesquisa.

O questionário foi elaborado e encaminhado aos respondentes por meio de um *link* específico e individual, gerado pela plataforma. A divulgação do *link* ocorreu por meio de *e-mail* enviado diretamente pela plataforma e também pela utilização de redes sociais, principalmente Facebook e LinkedIn. Para a divulgação via Qualtrics, foi possível utilizar a ferramenta “Lembrete”, que consiste no envio de mensagem adicional de convite para participação na pesquisa, de forma automática e

exclusivamente para aqueles que ainda não haviam respondido ao questionário integralmente. Em aplicações anteriores usando o mesmo modelo (NOGAS, 2010), o uso dessa funcionalidade permitiu um aumento na taxa de resposta de 10,2% para 19,7%.

3.6.1 Questionário

O questionário, apresentado no Apêndice A, no formato autoadministrado, foi elaborado visando a atender aos objetivos geral e específicos, bem como permitir o teste das hipóteses levantadas. As perguntas que o compõem podem ser agrupadas em construtos, conforme descrito a seguir.

A pergunta inicial foi elaborada para esclarecer ao respondente todos os aspectos relacionados à pesquisa, permitindo a manifestação do seu interesse ou não em respondê-la, além de evidenciar o requisito de maioria para a participação.

O segundo bloco foi desenvolvido para realizar a caracterização cooperativista, estando dividido em quatro questões: (i) constatação se o respondente faz parte de alguma cooperativa; (ii) papel na cooperativa; (iii) ramo da cooperativa, conforme classificação da OCB; (iv) localização da cooperativa. A terceira questão mostrou-se relevante para calcular a distribuição da amostra entre os ramos das cooperativas, enquanto as demais foram necessárias para atender à delimitação da pesquisa quanto ao público.

O perfil socioeconômico foi avaliado no terceiro bloco, composto por 13 perguntas de múltipla escolha, sendo três questões binárias com duas opções cada, nove com cinco opções cada e uma apontando a Unidade da Federação (UF), com 27 opções e seus respectivos códigos de Discagem Direta a Distância (DDD), permitindo a posterior identificação da região da UF em que se localizava o respondente. O bloco foi construído com o objetivo de compor um construto adaptado dos estudos de Amadeu (2009), Ferreira (2014), Ribeiro et al. (2009) e Vieira, Bataglia e Sereia (2011).

A avaliação da educação financeira ocorreu no quarto bloco, formado por quatro questões binárias com as alternativas sim e não e estruturado para atender

aos objetivos específicos “a” e “b”, como também testar H_1 e H_2 . A elaboração das questões derivou dos respectivos objetivos e hipóteses.

O construto endividamento, quinto do questionário, foi elaborado com base no estudo de Claudino, Nunes e Silva (2009), com o intuito de atingir o objetivo específico “c” e testar H_3 . Ele foi formado por oito perguntas, sendo as questões 1, 3 e 6 as focais para atender ao objetivo específico “d” e testar H_4 .

O sexto e último bloco, com o propósito de compor o construto do comportamento financeiro, foi baseado no estudo de Potrich et al. (2014). Foi composto por 20 questões, organizadas em uma escala do tipo Likert de cinco pontos: 1 – nunca, 2 – raramente, 3 – às vezes, 4 – na maior parte do tempo e 5 – sempre.

Entre as etapas que antecedem a aplicação do questionário, é necessário realizar um pré-teste (SANTOS; KIENEN; CASTIÑEIRA, 2015). Assim, no período de 23 de março a 13 de abril de 2016, foi realizado um pré-teste do questionário com 22 respondentes que atenderam ao perfil desejado, tendo sido a duração média para seu preenchimento de 18 minutos e um segundo. Entre os apontamentos desses respondentes, destacaram-se:

- a) Questionário muito longo e cansativo, principalmente nas questões finais.
- b) Levou muito tempo para ser preenchido.
- c) Algumas questões apresentavam enunciados difíceis de entender.

Cada um dos pontos foi avaliado e as devidas correções foram realizadas, sem prejudicar o modelo e melhorando a compreensão por parte do respondente ou o resultado esperado.

Em relação ao primeiro questionamento, na pesquisa de Potrich et al. (2014), além do construto comportamento financeiro, foram considerados o conhecimento financeiro e a atitude financeira, os quais estavam na primeira versão do questionário. No entanto, diante dos apontamentos recebidos e devido ao fato de não interferirem no alcance dos objetivos da pesquisa, esses construtos foram desconsiderados no modelo final. Quanto ao segundo questionamento, o maior impacto na duração elevada era do construto conhecimento financeiro, o qual foi desconsiderado. Essa exclusão, aliada à do construto atitude financeira, permitiu a redução do tempo de resposta do instrumento. Por fim, o terceiro questionamento estava relacionado ao entendimento e diferenciação das questões de

endividamento, cujos textos do enunciado foram reformulados, apresentando as definições e diferenciações necessárias.

Após a realização das correções, o questionário foi submetido a quatro professores especialistas, os quais aprovaram as modificações feitas em relação ao pré-teste considerando os objetivos da pesquisa, validando-o para que fosse iniciada sua aplicação.

3.7 TRATAMENTO DOS DADOS

Segundo Gil (2008, p. 156), “após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a análise e interpretação”, ou seja, o tratamento dos dados para que se busque o que a pesquisa propõe.

Com o objetivo de atender aos objetivos específicos “a”, “b” e “c” e testar H_1 , H_2 , e H_3 , foram utilizadas as estatísticas descritiva e inferencial, verificando se era possível identificar a ocorrência dos fenômenos apontados e sua relevância. No tocante à validade dos resultados, foi aplicado o teste z de hipótese em relação à proporção populacional. Quanto ao objetivo específico “d” e H_4 , foi necessário modelar a relação entre educação financeira e endividamento. Como variáveis independentes, foram usadas as questões dos construtos educação financeira e perfil socioeconômico, para verificar qual deles apresentava maior relação com a variável dependente. Por sua vez, como variáveis dependentes foram empregados os níveis do ciclo de endividamento: endividamento, inadimplência e sobre-endividamento, analisados isoladamente, aplicando o modelo para cada um em separado.

Considerando que foram realizados três testes individuais, nos quais a variável dependente foi binária, a técnica estatística aplicada foi a regressão logística binária, pois ela permite múltiplas variáveis independentes e uma única variável dependente e dicotômica (RIBAS; VIEIRA, 2011).

Na regressão logística, a variável dependente, por possuir caráter não métrico, foi inserida a partir do uso de variáveis *dummies* (dicotômica ou binária), que assumiram valor 0 para indicar a ausência de um atributo e 1, sua presença (GUJARATI, 2006). Destaca-se que a regressão logística binária tem por objetivo encontrar um modelo explicativo para o comportamento da probabilidade de

sucesso, em termos das variáveis preditoras. Dessa forma, é especificamente desenhada para prever a probabilidade de um evento ocorrer, sendo essa probabilidade classificada entre o intervalo 0 e 1.

Inicialmente, de acordo com a proposta, cada modelo foi composto pelas variáveis independentes com maior poder explicativo, considerando um nível de significância estatística de 10%. A seguir, foi verificada a estimativa de assertividade do modelo com base nas classificações corretas, ponderando que os melhores modelos tinham os valores próximos a 100%, sendo aceitáveis quando iguais ou superiores a 60%.

A próxima etapa consistiu no teste de Hosmer-Lemeshow, o qual avalia a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as classificações previstas e observadas, dividindo os casos em classes e comparando com as frequências preditas e verificadas em cada classe, por meio da estatística de Qui-quadrado. Para esse teste, um bom ajuste de modelo é indicado por um valor Qui-quadrado não significativo, ou seja, superior a 0,05 (HAIR JR et al., 2009).

Por fim, foi utilizada a métrica *Receiver Operating Characteristic* (ROC), ou simplesmente curva ROC, que consiste na construção de uma curva com base nas probabilidades de uma variável binária ser uma alternativa ou outra (FREIRE et al., 2004), sendo indicado valor superior a 0,5 para apresentar poder discriminante.

3.7.1 Variáveis analisadas

A priori, antes de iniciar as análises, foram aplicados filtros nas questões verificando as passíveis de utilização, considerando seu contexto perante os objetivos da pesquisa e o tamanho de amostras, com o propósito de evitar que a interpretação dos resultados fosse prejudicada por alinhamento dos enunciados ou falta de registros suficientes.

Para a realização das análises, foram consideradas as variáveis dos seguintes construtos: perfil socioeconômico, educação financeira e endividamento. O construto caracterização cooperativista foi utilizado para filtrar os dados coletados, atendendo às delimitações da pesquisa, enquanto comportamento financeiro será utilizado em estudos futuros, com as demais variáveis que constaram no questionário.

Para modelar a regressão logística binária, foram desconsideradas as questões PSE.1, PSE.11 e PSE.12 do perfil socioeconômico. A questão PSE.1 tratava da identificação da UF do respondente e foi desconsiderada devido à delimitação ter sido feita pela localização da cooperativa. A referida variável foi mantida no questionário e na base de dados para os casos de respondentes não membros de cooperativas, que compõem dados para estudos futuros. Como as questões PSE.11 e PSE.12 apresentavam respostas que derivavam da questão anterior, entendeu-se que não geravam registros em quantidade equivalente à amostra.

Em relação à educação financeira, foram utilizadas as questões EF.1 e EF.2. A pergunta EF.3 tinha relação direta com EF.2, não agregando valor ao modelo pela redundância, pois apenas segmentava o proponente do programa. A questão EF.4 também pouco agregava ao modelo, por derivar de EF.3 e, conseqüentemente, não possuir amostra completa. É necessário esclarecer que, nas variáveis de educação financeira, houve uma mudança na escala para realizar as análises. Assim, na sua codificação, foi adicionada a letra “a” (EF.1a, EF.2a, EF.3a, e EF.4a), referente ao esse ajuste, pois os melhores comportamentos apontados na alternativa “sim” deveriam ter o maior valor.

Ainda tratando do modelo de regressão logística binária, em relação ao endividamento, foram consideradas exclusivamente as questões END.1, END.3 e END.6. As demais compreendiam caracterizações suplementares a elas. Em função da estrutura e do formato dessas questões, observou-se que suas respostas não foram suficientemente numerosas, inviabilizando análises importantes. As variáveis adicionais foram mantidas no modelo e na base de dados como fonte de informação importante para pesquisas futuras.

Esse processo de filtragem das variáveis e ajuste de escala é importante para que o modelo seja avaliado atendendo às suas características, propósitos e delimitações, conforme sumarizado no Apêndice B.

Para realizar o tratamento dos dados e aplicar os cálculos necessários, foram utilizados *softwares* com funcionalidades estatísticas, como Xlstat e Microsoft Excel.

3.8 POPULAÇÃO

Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 193), população ou universo é o “conjunto de todos os casos que preenchem determinadas especificações”, apresentadas, nesta pesquisa, na subseção 3.5. A população deste trabalho é composta por todos os cooperados das cooperativas paranaenses, ou seja, 1,24 milhão, com base nos números da Ocepar (2016).

3.8.1 Amostra

Segundo Doane e Seward (2014, p. 32), “uma amostra envolve analisar somente alguns itens selecionados da população, mas um censo é um exame de todos os itens em uma população definida. A acurácia de um censo pode ser ilusória”. Corroborando essa afirmação, Santos, Kienen e Castiñeira (2015, 89-90) dissertam que “o ideal é que todo o universo da pesquisa seja envolvido, mas quando o número de pessoas é muito grande e você não tem dinheiro nem dispõe de tempo para pesquisar todo esse universo, a amostra é a alternativa”.

Considerando que a população estimada desta pesquisa é de 1,24 milhão de cooperados, vinculados aproximadamente a 220 cooperativas (OCEPAR, 2016) distribuídas no estado do Paraná, com uma área territorial de 199.307,922 km² (IBGE, 2015), a aplicação de um censo é inviável, adotando-se a amostra como alternativa. A amostra é não probabilística, tendo como técnica de amostragem a bola de neve, em que os contatos iniciais do pesquisador convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos, aumentando os respondentes exponencialmente.

Em relação à amostra necessária para avaliar o modelo pela regressão logística binária, Ribas e Vieira (2011) afirmam que esta exige amostras grandes para ser precisa, com cerca de 20 casos por variável independente. O modelo proposto possui 12 variáveis independentes, de modo que a amostra exigida é de 240 respondentes.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

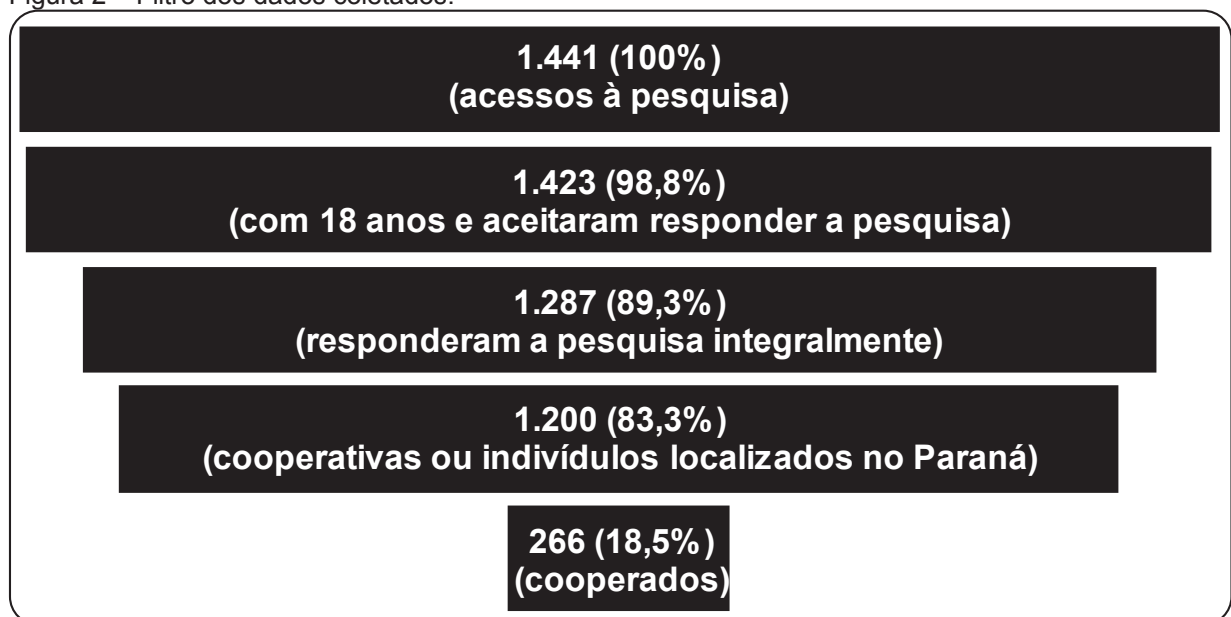
Nesta seção, é descrita a análise dos dados coletados, conforme a metodologia apresentada. Encontra-se estruturada em cinco subseções: a primeira diz respeito à análise exploratória dos dados coletados; a segunda apresenta o perfil da amostra; a terceira faz a identificação da existência prévia de educação financeira; a quarta identifica a existência de endividamento por parte dos respondentes; por fim, a quinta apresenta a estimativa do modelo de regressão logística binária.

4.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

Os dados para a pesquisa foram coletados entre 10 de junho e 20 de julho de 2016, por meio de um questionário elaborado e gerenciado utilizando a plataforma Qualtrics. A divulgação aconteceu principalmente por listas de *e-mails* e por redes sociais, pela técnica de amostragem bola de neve.

A Figura 2 demonstra o filtro aplicado aos dados coletados, até restarem os registros válidos.

Figura 2 – Filtro dos dados coletados.



Fonte: o autor (2016).

A partir dos dados brutos coletados (1.441 respondentes acessaram a pesquisa), foram considerados registros válidos os que informaram ter 18 anos ou mais e aceitaram responder à pesquisa (1.423, 98,8%) e, em seguida, aqueles que responderam ao questionário por completo, passando a representar 89,3% (1.287). Como filtro subsequente, foram desconsideradas as respostas de cooperativas localizadas fora do estado do Paraná, restando 1.200 questionários (83,3%); finalmente, foram excluídos aqueles respondentes que não tinham vínculo com cooperativas, atendendo à delimitação da pesquisa. Restou uma amostra válida com 266 (18,5%) registros, a partir da qual foram conduzidas as análises e as considerações. A amostra válida atende e supera o número previsto na subseção 3.8.1.

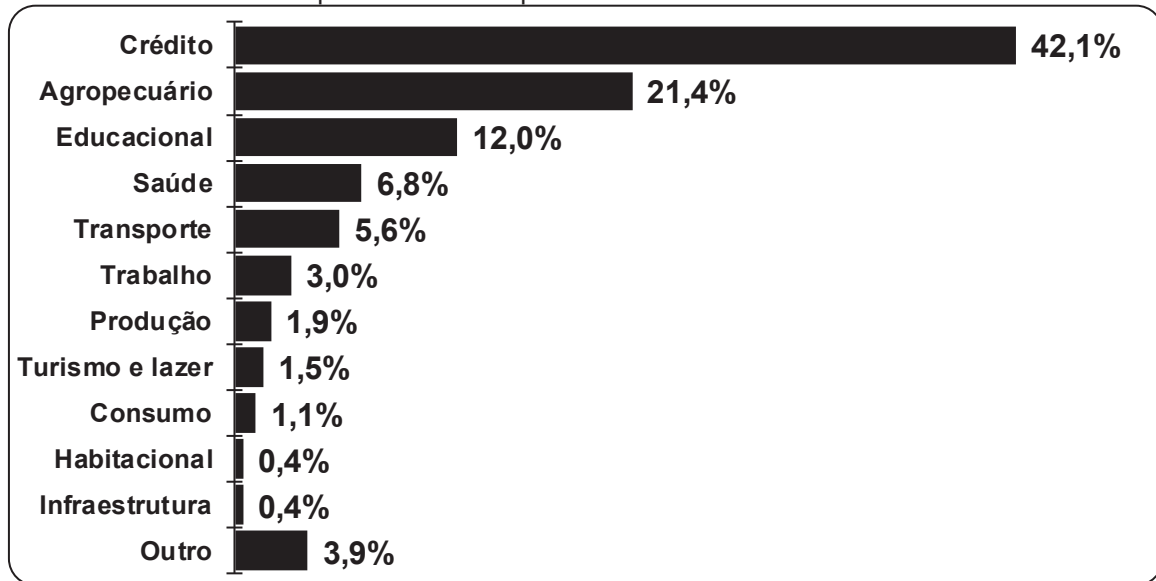
4.2 PERFIL DA AMOSTRA

Considerando apenas os registros validados da amostra e as questões destinadas a essa finalidade, foi apurado o perfil dos indivíduos que participaram da pesquisa. Para realizar esse levantamento, foi utilizada a planilha eletrônica do Microsoft Excel, na qual foram feitos cálculos para cada questão e seus respectivos agrupamentos, com frequência e percentual.

4.2.1 Perfil cooperativista da amostra

Para apresentar o perfil dos cooperativistas entre os registros válidos da amostra, foram considerados os dados das questões relacionadas à caracterização cooperativista. O Gráfico 1 evidencia o ramo das cooperativas dos respondentes da pesquisa, conforme sua interpretação e indicação.

Gráfico 1 – Ramo das cooperativas dos respondentes.



Fonte: o autor (2016).

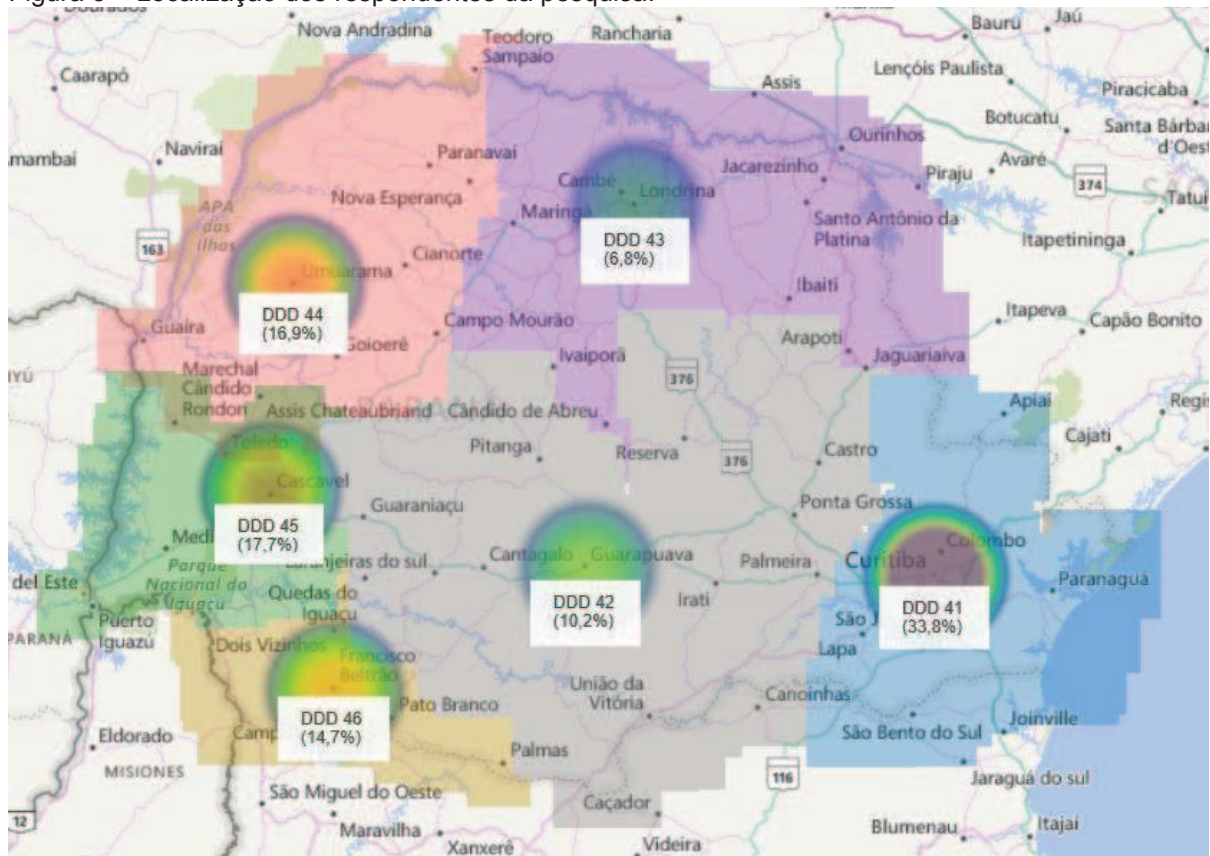
Observa-se que a maioria dos respondentes é oriunda de cooperativas de crédito, correspondendo a 42,1% (112). Desse total, 21,4% (57) são do ramo agropecuário; 12,0% (32), do ramo educacional; 6,8% (18), do ramo da saúde; 5,6% (15), do ramo de transporte; 3,0% (oito), do ramo de trabalho; 1,9% (cinco), do ramo de produção; 1,5% (quatro), do ramo de turismo e lazer; 1,1% (três), do ramo de consumo; 0,4% (um), dos ramos habitacional e de infraestrutura; e, por fim, 3,9% (dez) declararam fazer parte de outros tipos de organização cooperativa. Os ramos especial e mineral foram disponibilizados como alternativas no questionário, porém não apresentaram frequência nos dados levantados.

Cabe esclarecer que as informações foram obtidas conforme declaração dos respondentes, selecionando uma alternativa entre as disponíveis, sem intervenção do pesquisador durante as respostas ou tabulação. Como referência para compor as alternativas da questão, foi considerada a classificação dos ramos da OCB, órgão máximo de representação das cooperativas no país. Entende-se, portanto, que os respondentes que declararam o ramo da cooperativa como outro não encontraram uma opção específica entre as disponíveis, porém seu entendimento em relação ao ramo de sua cooperativa diverge da classificação oficial da instituição responsável pelo sistema cooperativista do Brasil.

4.2.2 Perfil geográfico da amostra

Com o objetivo de apresentar a distribuição geográfica dos registros válidos da amostra, preliminarmente os respondentes foram categorizados com base nos códigos de DDD e, em seguida, em função de sua mesorregião. Por fim, um modo didático de avaliar a distribuição foi ter como referência a cidade mais populosa, o que pode contribuir para apontar sua representatividade, conforme ilustrado na Figura 3.

Figura 3 – Localização dos respondentes da pesquisa.



Fonte: o autor (2016).

Observa-se que o DDD 41 teve maior representatividade, com 33,8% (90) dos respondentes, estando associado à mesorregião metropolitana de Curitiba. A região com DDD 42 contribuiu com 10,2% (27) dos respondentes e congrega as mesorregiões centro-oriental, centro-sul e sudeste paranaense. As mesorregiões norte-central e norte pioneiro paranaense, representadas pelo DDD 43, foram representadas por 6,8% (18) da amostra, enquanto a região com o DDD 44 integrou 16,9% (45) da amostra, incluindo as mesorregiões centro-ocidental e noroeste paranaense. A mesorregião oeste paranaense, com DDD 45, gerou 17,7% (47) das respostas e, por fim, o DDD 46, vinculado à mesorregião sudoeste paranaense,

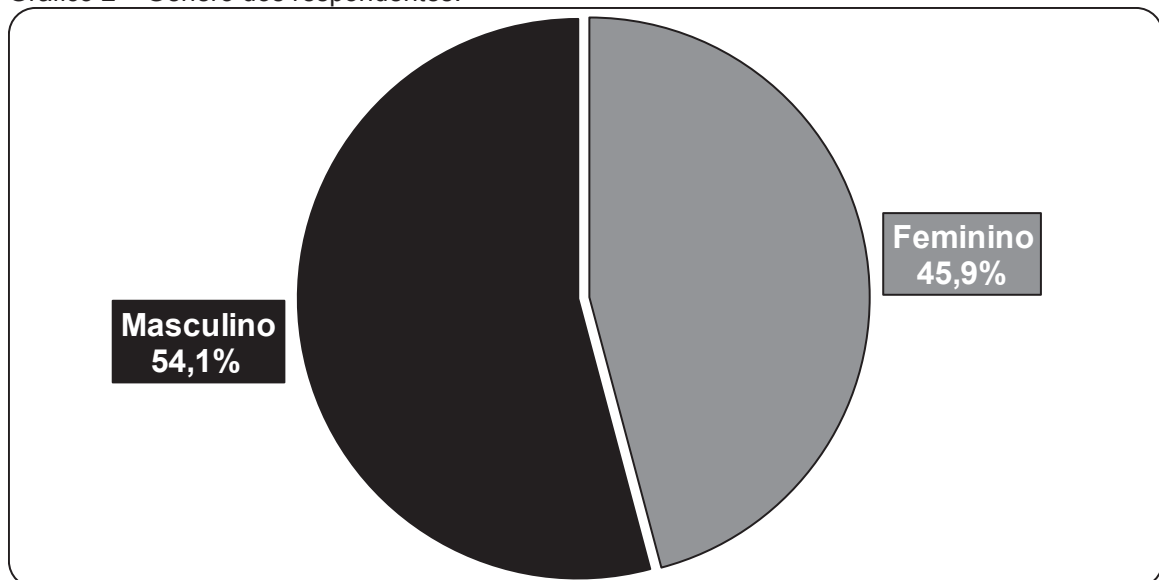
contribuiu com 14,7% (39) da amostra. Nota-se que a amostra abrangeu todas as mesorregiões do Paraná.

4.2.3 Perfil socioeconômico da amostra

Com o propósito de evidenciar o perfil socioeconômico dos registros válidos da amostra, foram consideradas as respostas a um grupo de questões que compuseram o construto perfil socioeconômico. Cabe ressaltar que parte das variáveis não será utilizada neste estudo, mas poderá ser útil em trabalhos futuros.

Em relação ao gênero, o Gráfico 2 evidencia a distribuição dos respondentes segundo essa variável.

Gráfico 2 – Gênero dos respondentes.

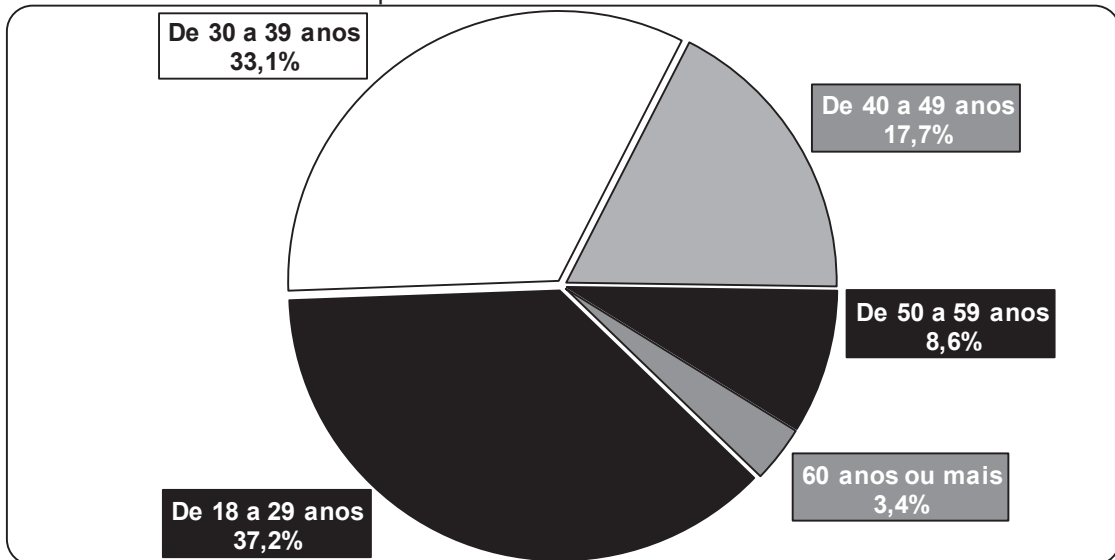


Fonte: o autor (2016).

Percebe-se que a maioria dos respondentes é do gênero masculino, correspondendo a 54,1% (144) dos indivíduos, enquanto os respondentes do gênero feminino representam 45,9% (122) da amostra, demonstrando equilíbrio entre os gêneros.

O Gráfico 3 evidencia a distribuição dos respondentes, considerando as cinco faixas etárias propostas no questionário, com escala em anos completos, iniciando em 18 anos, condição que configurou pré-requisito para que o indivíduo pudesse responder à pesquisa com validade.

Gráfico 3 – Faixa etária dos respondentes.

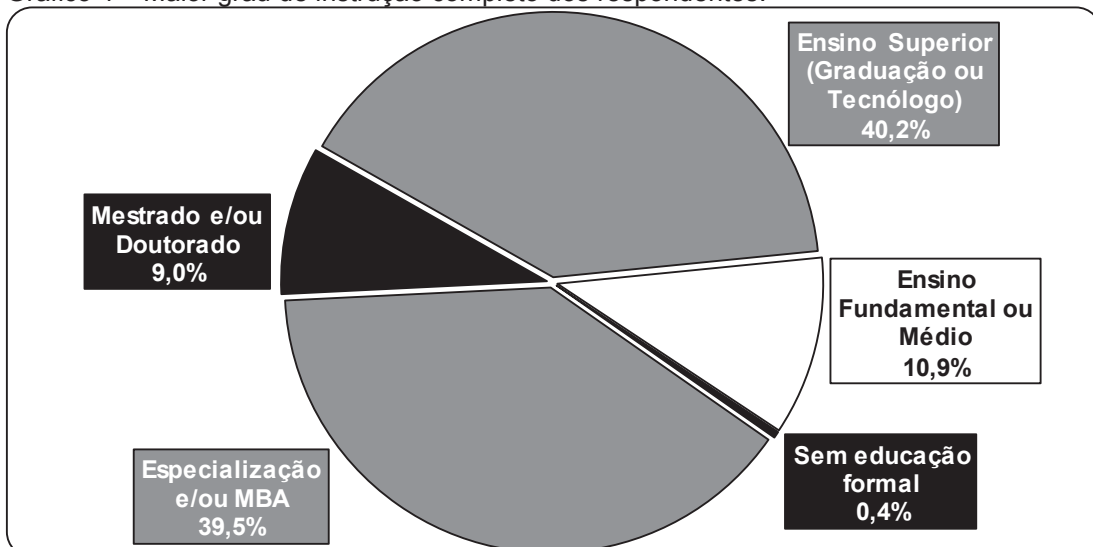


Fonte: o autor (2016).

Como pode ser observado, 37,2% (99) concentram-se na faixa de 18 a 29 anos de idade. Ademais, conforme as escalas de faixa etária aumentam, o percentual de respostas reduz: 33,1% (88) na faixa de 30 a 39 anos, 17,7% (47) na faixa de 40 a 49 anos, 8,6% (23) na faixa de 50 a 59 anos e 3,4% (nove) na faixa de 60 anos ou mais. A concentração dos respondentes nas faixas mais jovens é uma informação importante e positiva para as pesquisas sobre o problema sucessório das cooperativas.

O Gráfico 4 indica a distribuição dos respondentes em função do grau de instrução.

Gráfico 4 – Maior grau de instrução completo dos respondentes.



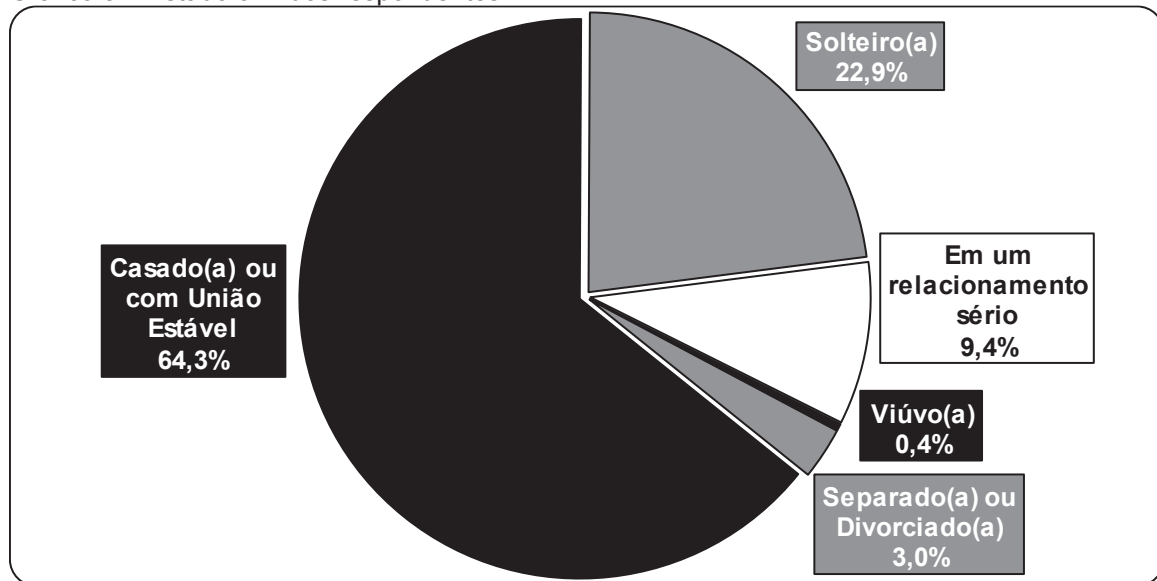
Fonte: o autor (2016).

Com relação ao maior grau de instrução completo, o gráfico ilustra que o ensino superior (graduação ou tecnólogo) apresentou maior representatividade, com 40,2% (107). O segundo grupo mais representativo da amostra foi pós-graduação e/ou *Master in Business Administration* (MBA), com 39,5% (105), enquanto 10,9% (29) tinha ensino fundamental ou médio. Do total de respondentes, 9,0% (24) tinha mestrado e/ou doutorado e apenas 0,4% (1) declarou não ter educação formal.

Esses dados são importantes e favoráveis, pois demonstram que, além de um bom nível de instrução de forma geral, aspecto que contribui para que os cooperados possam participar de forma mais assertiva nos processos decisórios e assembleias, esse é um cenário que apresenta o devido alinhamento com o quinto princípio cooperativista: educação, formação e informação.

O Gráfico 5 evidencia o estado civil dos respondentes, conforme declarado entre as cinco alternativas de resposta.

Gráfico 5 – Estado civil dos respondentes.

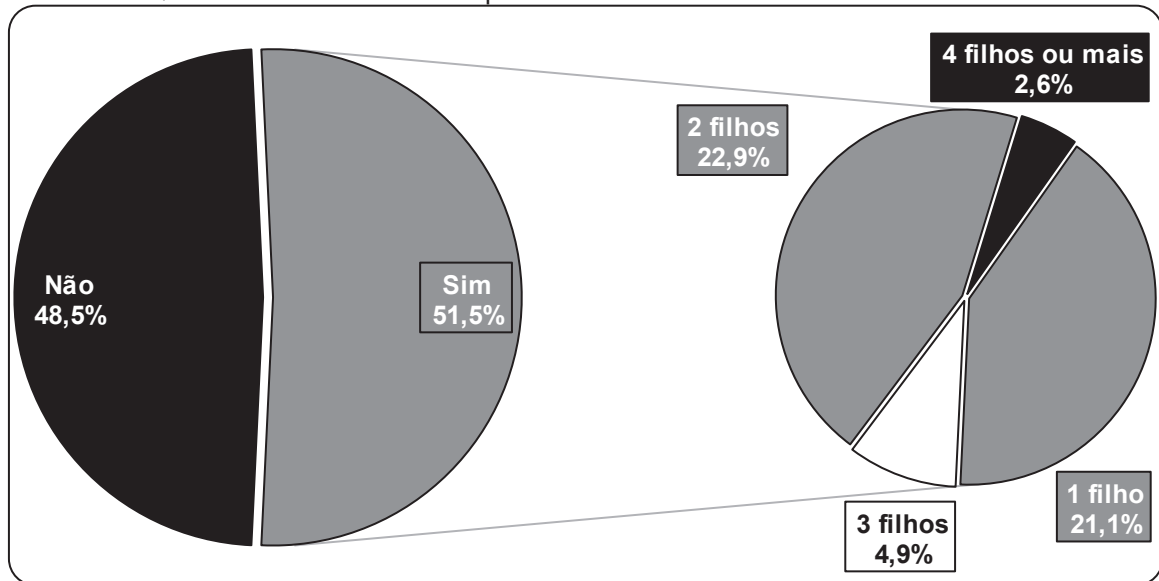


Fonte: o autor (2016).

Observa-se que a maior parcela, 64,3% (171), declarou-se casada ou com união estável; em relação aos demais, 22,9% (61) identificaram-se como solteiros; 9,4% (25), em um relacionamento sério; 3,0% (oito), separados ou divorciados; e 0,4%, (um) viúvos.

O Gráfico 6 revela a quantidade de filhos dos respondentes.

Gráfico 6 – Quantidade de filhos dos respondentes.



Fonte: o autor (2016).

Verifica-se que 48,7% (129) dos respondentes não possuem filhos e, com uma pequena diferença, 51,2% (137) possuem; destes, 21,1% (56) têm um filho; 22,9% (61) dois filhos; 4,9% (13), três filhos; e 2,6% (sete), quatro filhos ou mais.

A Tabela 4 apresenta o número de dependentes econômicos dos respondentes e de pessoas que moram em sua residência.

Tabela 4 – Dependência econômica e de moradia.

Número de pessoas	Dependência financeira		Moram na mesma residência	
	Frequência	%	Frequência	%
0	71	26,7	17	6,4
1	79	29,7	86	32,5
2	54	20,3	59	22,3
3	42	15,8	72	27,2
4 ou mais	20	7,5	31	11,7
Total	266	100,0	265	100,0

Fonte: o autor (2016).

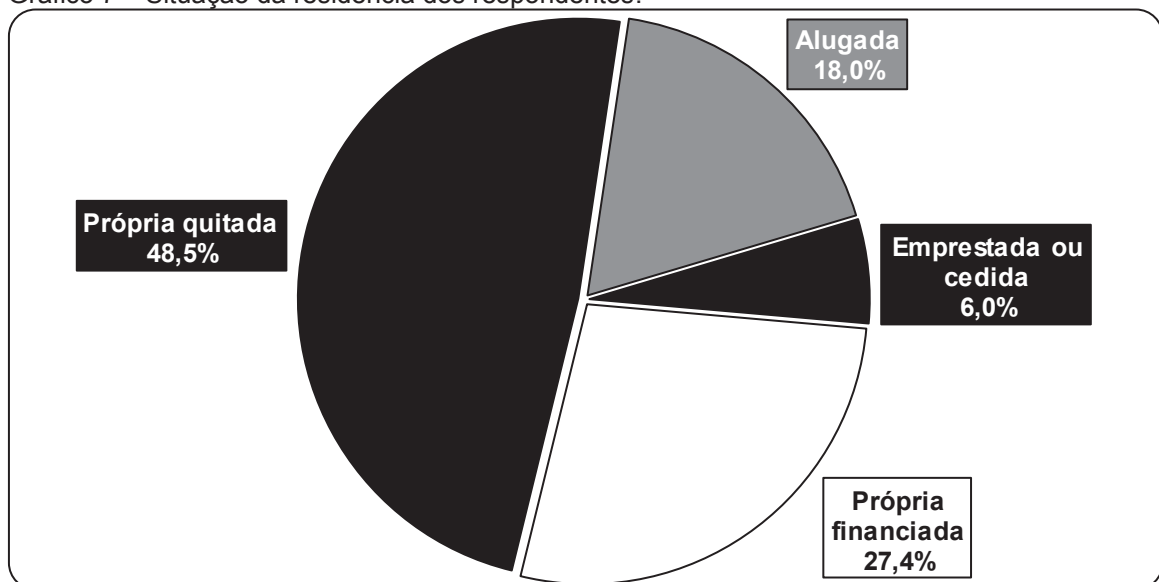
Com base na tabela, percebe-se que a maior parte dos respondentes, 29,7% (79), informou que tem apenas um dependente econômico, enquanto 26,7% (71) informaram não ter dependentes econômicos; 20,3% (54), ter dois dependentes econômicos; 15,8% (42), três; e apenas 7,5% (20), quatro ou mais.

Em relação ao número de pessoas que residem na mesma moradia, 32,5% (85) têm uma pessoa na mesma moradia; 27,2% (72), três pessoas; 22,3% (59) duas pessoas; 11,7% (31), quatro ou mais; e apenas 6,4% (17) informaram não ter mais pessoas na mesma moradia.

Uma análise relevante é: com exceção da linha correspondente a zero pessoa, a frequência de residentes na mesma moradia é maior do que a de dependentes econômicos, demonstrando que nas moradias com mais de uma pessoa existe também mais de uma pessoa ativa economicamente, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias e da sociedade. Essa situação fica mais clara na relação de zero pessoa, pois apenas 6,4% (17) moram sozinhos, mas 26,7% (71) não têm dependentes econômicos.

O Gráfico 7 evidencia a situação da residência dos respondentes, conforme alternativa identificada entre as cinco disponíveis.

Gráfico 7 – Situação da residência dos respondentes.



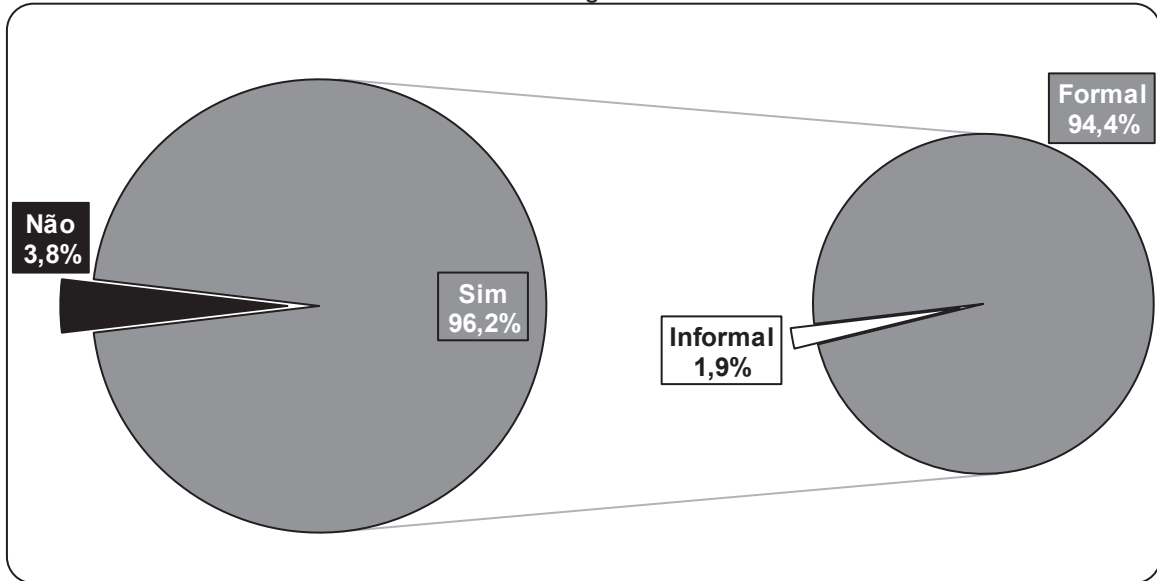
Fonte: o autor (2016).

Observa-se que a maior parte, 48,5% (129), tem residência própria quitada; 27,4% (73), residência própria financiada; 18,0% (48) paga aluguel; e apenas 6,0% (16) moram em residência emprestada ou cedida. A alternativa “habitação coletiva (pensionato, república, hotel, quartel etc.)” não obteve frequência.

Esse cenário está alinhado com as afirmações da seção 1, de acordo com as quais a ampliação da concessão de crédito, associada com ações governamentais e estabilidade econômica, propiciou a aquisição de bens de grande valor econômico, como residências. Nesta amostra, 75,9% (202) residem em moradias próprias, quitadas ou financiadas.

O Gráfico 8 indica o exercício de atividade remunerada por parte dos respondentes e seu grau de formalidade.

Gráfico 8 – Exercício de atividade remunerada e grau de formalidade.



Fonte: o autor (2016).

Com base nesse gráfico, apenas 3,8% (dez) dos respondentes não exercem atividade remunerada; a grande maioria, 96,2% (256), exerce atividade remunerada, indicando a participação efetiva dos cooperados na economia. Essa atividade acontece, na sua maior parte, na formalidade, 98,0% (251), sendo que apenas 2,0% (cinco) trabalham na informalidade. Considerando a baixa frequência dos respondentes para não exercício de atividade remunerada e informalidade para quem exerce, observa-se um viés amostral. A Tabela 5 mostra o tempo na atividade remunerada para os respondentes com essa característica.

Tabela 5 – Tempo na atividade remunerada dos respondentes.

Tempo na atividade remunerada	Atividade formal		Atividade informal	
	Frequência	%	Frequência	%
Até 6 meses	10	4,0	0	0,0
De 7 meses a 1 ano	16	6,4	0	0,0
De 1 ano e 1 mês a 3 anos	54	21,5	1	0,4
De 3 anos e 1 mês a 5 anos	36	14,3	1	0,4
Acima de 5 anos	135	53,8	3	1,2
Total	251	100,0	5	100,0

Fonte: o autor (2016).

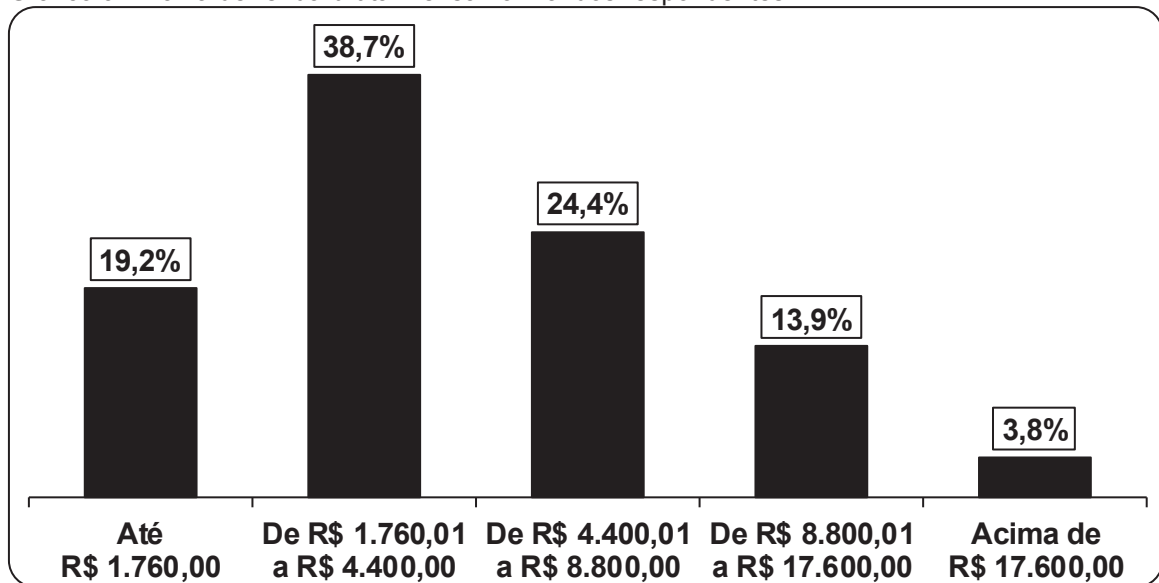
Conforme a Tabela 5, entre os respondentes que exercem atividade remunerada formal, apenas 4,0% (dez) estão até seis meses na atividade; 6,4% (16), de sete meses a um ano; 21,3% (54), de um ano e um mês a três anos; 14,9% (36), de três anos e um mês a cinco anos; e 53,4% (135), acima de cinco anos. A continuidade dos cooperados em sua atividade formal remunerada é um dado

importante e favorável, que demonstra estabilidade e continuidade para as cooperativas.

Os respondentes que atuam na informalidade têm pouca representatividade, tendo revelado frequência pequena (apenas cinco respondentes), dificultando qualquer análise estatística.

O Gráfico 9 evidencia a distribuição dos respondentes entre as cinco opções de faixa salarial do questionário.

Gráfico 9 – Faixa de renda bruta mensal formal dos respondentes.



Fonte: o autor (2016).

Considerando o salário-mínimo nacional de 2016 (R\$ 880,00) referência, obteve-se a seguinte distribuição entre as faixas salariais: 19,2% (51) até R\$ 1.760,00; 38,7% (103) de R\$ 1.760,01 a R\$ 4.400,00; 24,4% (65) de R\$ 4.400,01 a R\$ 8.800,00; 13,9% (37) de R\$ 8.800,01 a R\$ 17.600,00; e apenas 3,8% (dez) acima de R\$ 17.600,00.

Entre os respondentes, 63,1% (168) estão concentrados nas faixas dois e três, com renda bruta variando de R\$ 1.760,01 (acima de dois salários-mínimos) até R\$ 8.800,00 (até dez salários-mínimos), situação que ocorre mesmo que, na faixa um, sejam considerados os dez respondentes sem remuneração, enquadrando-se, assim, no critério “até R\$ 1.760,00”. Esse resultado é expressivo, pois os valores são superiores quando comparados com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), que apresentou o rendimento nominal mensal

domiciliar *per capita* de 2015 da população residente, tendo sido o resultado do Paraná de R\$ 1.241,00 e do Brasil de R\$ 1.113,00.

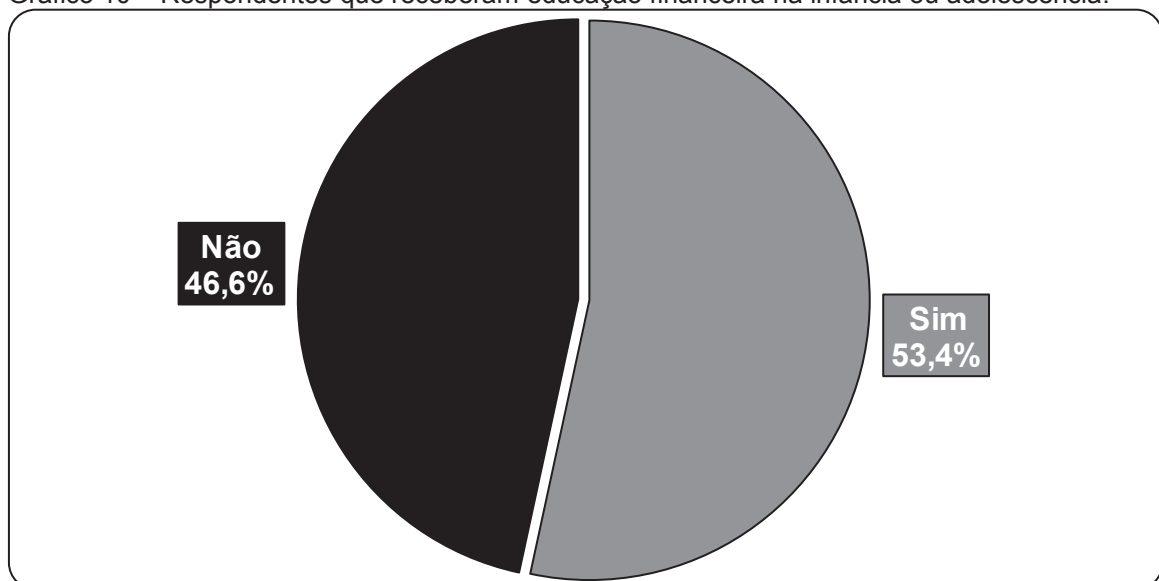
A relação da formalidade não foi verificada, pois os respondentes com renda informal têm pouca variação em relação à renda bruta mensal: 50,0% (três) de R\$ 1.760,01 a R\$ 4.400,00 e 50,0% (três) de R\$ 4.400,01 a R\$ 8.800,00. Sua frequência é pequena e dificulta qualquer análise, concentrando-se nas duas faixas iniciais.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Com o objetivo de atender aos objetivos específicos e respectivas hipóteses relacionadas ao tema, é apresentada a seguir a situação dos respondentes quanto à sua educação financeira, desde a infância até os tempos atuais, verificando se tiveram conhecimento ou participaram de iniciativas voltadas ao assunto, identificando se estas foram organizadas e patrocinadas, ou não, por cooperativas.

O Gráfico 10 evidencia a distribuição de respondentes que receberam orientações sobre como cuidar de seu dinheiro ainda na infância ou na adolescência. Tais iniciativas também são consideradas educação financeira, conforme apresentado na seção 2.

Gráfico 10 – Respondentes que receberam educação financeira na infância ou adolescência.



Fonte: o autor (2016).

Conforme apresenta o Gráfico 10, 53,4% (142) declararam ter recebido educação financeira na infância ou na adolescência, contra 46,6% (124) que informaram não ter recebido tais orientações nessa fase.

Essa variável foi estimada para atender ao objetivo específico “a” – apurar se os cooperados das cooperativas paranaenses receberam orientações sobre como cuidar do seu dinheiro na infância ou adolescência – e testar H_1 – a educação financeira dos cooperados das cooperativas paranaenses na infância ou adolescência é fraca ou inexistente. Para elaborar o teste, considerou-se que um percentual significativamente superior a 50% de ocorrência de educação financeira seria suficiente para rejeitar essa hipótese.

Com base nessa variável, foram realizados testes de hipóteses para proporção populacional com nível de significância de α igual a 10%. Seguem as hipóteses:

$$H_0: p(\text{EF.1a}) \leq 50\%$$

$$H_1: p(\text{EF.1a}) > 50\%$$

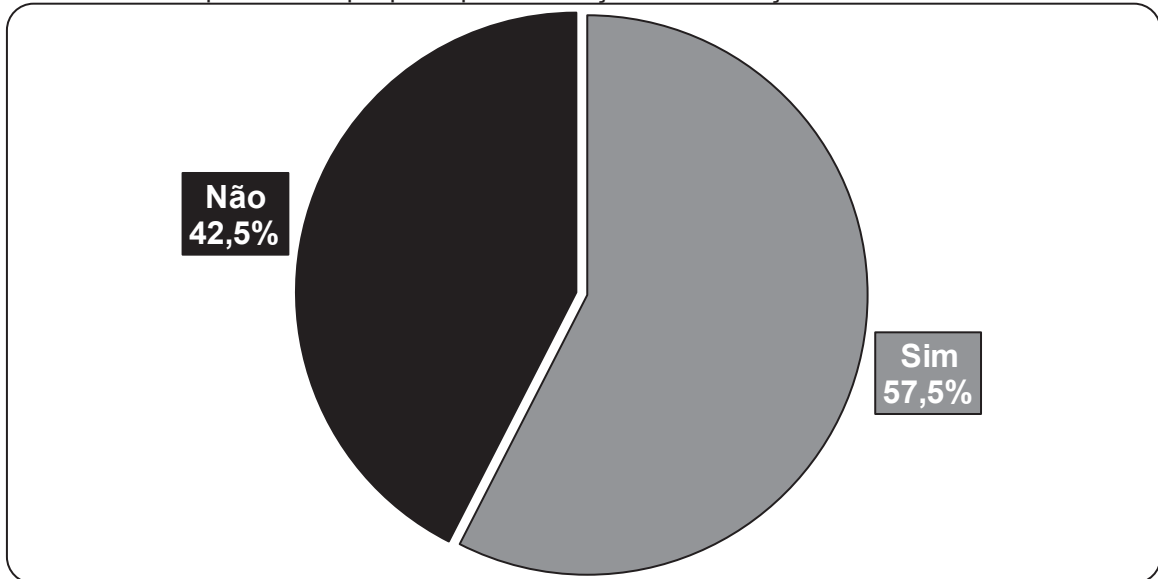
Com base nas informações apresentadas, foi realizado o cálculo conforme demonstrado na Equação 1.

$$Z_{\text{calc}} = \frac{p - p_0}{\sqrt{\frac{p_0(1-p_0)}{n}}} = \frac{0,534 - 0,5}{\sqrt{\frac{0,5(1-0,5)}{266}}} = 1,109 \quad (1)$$

Para o valor de Z_{calc} obtido, tem-se Valor-P igual a 0,134. Como este é maior que α (0,10), não se pode rejeitar H_0 , ou seja, a proporção de cooperados que receberam iniciativas de educação financeira na infância ou adolescência não supera significativamente 50% do total.

O Gráfico 11 revela o percentual de respondentes que participaram de ações de educação financeira na sua fase adulta.

Gráfico 11 – Respondentes que participaram de ações de educação financeira na fase adulta.

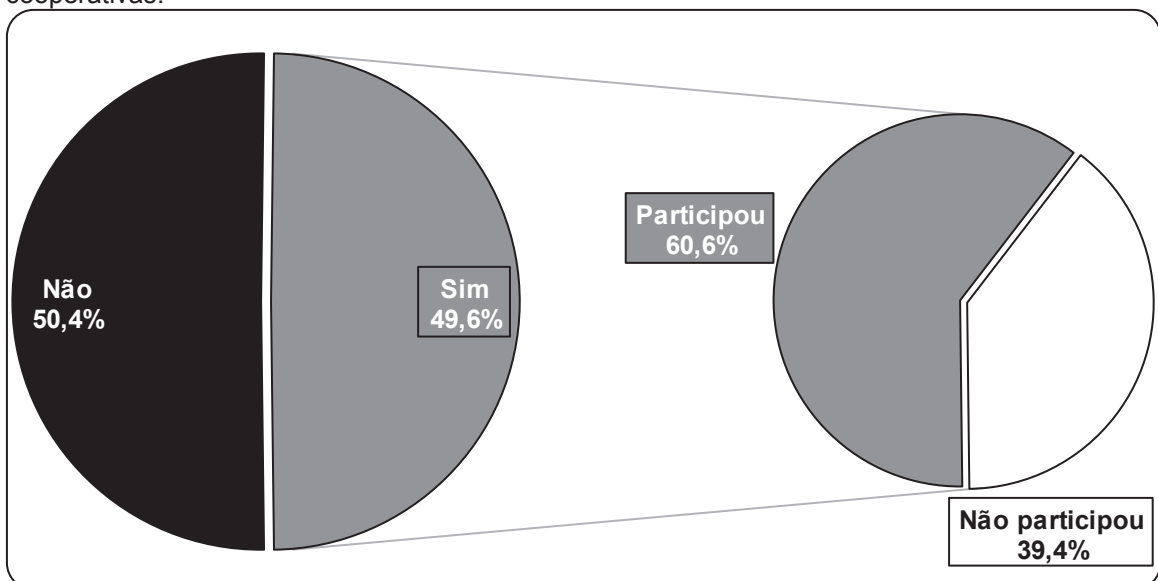


Fonte: o autor (2016).

Pautando-se no Gráfico 11, 57,5% (153) participaram de ações voltadas ao tema na sua fase adulta, sendo a maior parte da amostra; 42,5% (113) indicaram não ter participado desse tipo de ação.

O Gráfico 12 indica o conhecimento dos respondentes quanto a ações de educação financeira ofertadas ou patrocinadas por cooperativas, bem como sua participação nelas.

Gráfico 12 – Conhecimento e participação em ações de educação financeira ofertadas por cooperativas.



Fonte: o autor (2016).

Considerando as informações do Gráfico 12, com uma pequena variação entre as partes, a maioria dos respondentes, 50,4% (134), alegou não ter conhecimento de ações de educação financeira ofertadas ou patrocinadas por cooperativas, porém 49,6% (132) expressaram saber sobre tais ações. Além do conhecimento de tais iniciativas, é importante a adesão a elas: 60,6% (80) daqueles que sabiam sobre esses programas participaram deles, enquanto 39,4% (52) não participaram por algum motivo.

Essa questão foi considerada para atender ao objetivo específico “b” – identificar a participação dos cooperados das cooperativas paranaenses em programas de educação financeira ofertados ou patrocinados por elas – e testar H_2 – não ocorre participação dos cooperados das cooperativas paranaenses em programas de educação financeira ofertados por elas. Para elaborar o teste, considerou-se que um percentual significativamente superior a 50% de participação em programa de educação financeira, entre aqueles que declararam ter conhecimento deles, seria suficiente para rejeitar essa hipótese.

Com base nessa variável, foram realizados testes de hipóteses para proporção populacional com nível de significância de α igual a 10%. Seguem as hipóteses:

$$H_0: p(\text{EF.4a}) \leq 50\%$$

$$H_1: p(\text{EF.4a}) > 50\%$$

Com base nas informações apresentadas, 30,1% (80/266) dos respondentes informaram ter participado de programas de educação financeira organizados ou patrocinados por cooperativas, cujo cálculo foi feito conforme demonstrado na Equação 2.

$$Z_{\text{calc}} = \frac{p - p_0}{\sqrt{\frac{p_0(1-p_0)}{n}}} = \frac{0,301 - 0,5}{\sqrt{\frac{0,5(1-0,5)}{266}}} = -6,491 \quad (2)$$

Para o valor de Z_{calc} obtido, tem-se Valor-P igual a 0,999. Como este é maior que α (0,10), não se pode rejeitar H_0 , ou seja, a proporção de cooperados que participaram desses programas não supera significativamente 50% do total; ao contrário, está muito abaixo desse percentual.

Por outro lado, considerando apenas a amostra de respondentes que informaram ter conhecimento de programas de educação financeira ofertados ou organizados por cooperativas (132), dos quais 60,6% (80) declararam ter participado de tais programas, foi realizado o cálculo conforme demonstrado na Equação 3.

$$Z_{\text{calc}} = \frac{p-p_0}{\sqrt{\frac{p_0(1-p_0)}{n}}} = \frac{0,606-0,5}{\sqrt{\frac{0,5(1-0,5)}{266}}} = 2,436 \quad (3)$$

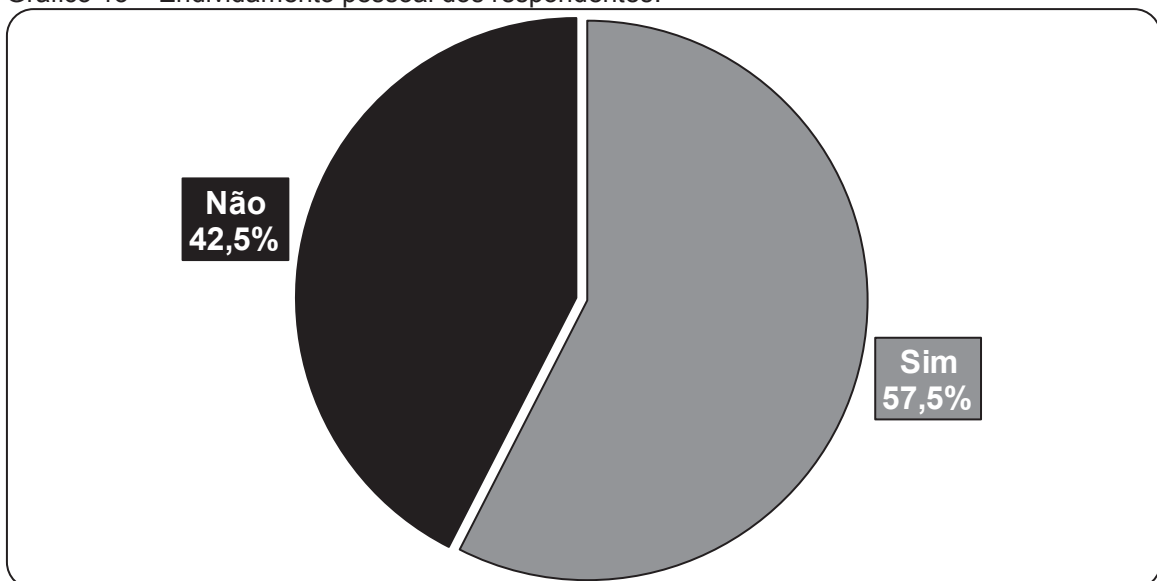
Para o valor de Z_{calc} obtido, tem-se Valor-P igual a 0,007. Como este é menor que α (0,10), rejeita-se H_0 , ou seja, a proporção de cooperados que, tendo conhecimento da oferta de programas de educação financeira, participaram deles supera significativamente 50% do total.

4.4 IDENTIFICAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO PESSOAL

Quanto ao tema endividamento pessoal, as análises consideraram as três etapas do ciclo, conforme demonstrado na seção 2: endividamento, inadimplência e sobre-endividamento.

O Gráfico 13 evidencia o percentual de respondentes que afirmaram estar em situação de endividamento pessoal.

Gráfico 13 – Endividamento pessoal dos respondentes.



Fonte: o autor (2016).

Como demonstra o Gráfico 13, 57,5% (153) dos respondentes encontram-se em situação de endividamento; em menor quantidade, 42,5% (113) afirmaram que não possuem dívidas no momento.

Essa variável busca atender ao objetivo específico “c” – avaliar os cooperados das cooperativas paranaenses quanto ao endividamento pessoal – e testar H_3 – a maioria dos cooperados das cooperativas paranaenses apresenta endividamento. Com base nela, foram realizados testes de hipóteses para proporção populacional com nível de significância de α igual a 10%. Seguem as hipóteses:

$$H_0: p(\text{EF.4a}) \leq 50\%$$

$$H_1: p(\text{EF.4a}) > 50\%$$

Considerando as informações apresentadas, foi realizado o cálculo conforme demonstrado na Equação 4.

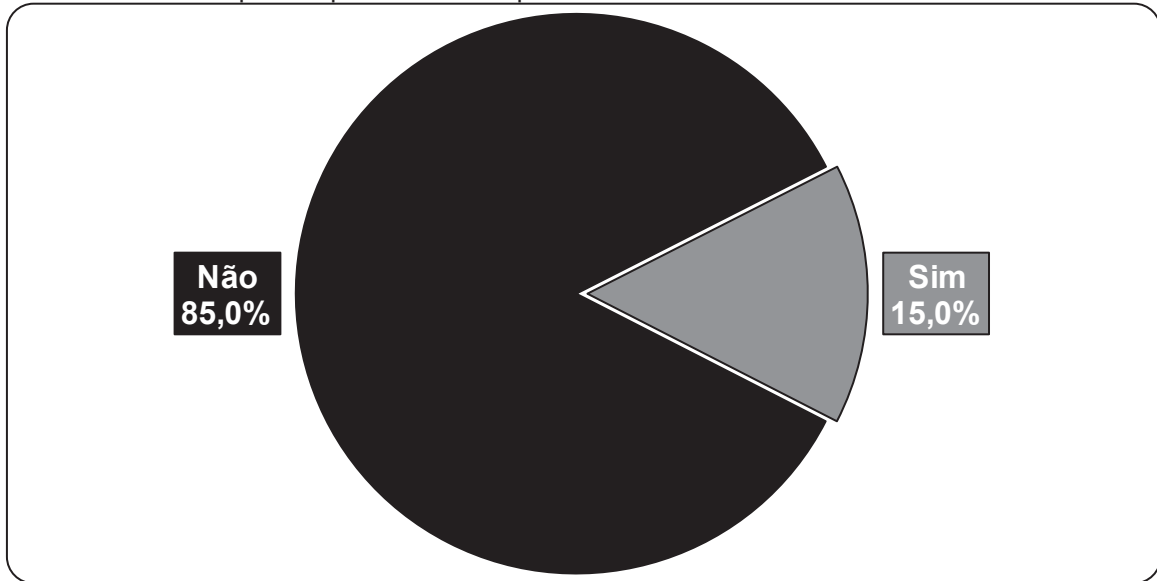
$$Z_{\text{calc}} = \frac{p-p_0}{\sqrt{\frac{p_0(1-p_0)}{n}}} = \frac{0,575-0,5}{\sqrt{\frac{0,5(1-0,5)}{266}}} = 2,446 \quad (4)$$

Para o valor de Z_{calc} obtido, tem-se Valor-P igual a 0,007. Como este é menor que α (0,10), rejeita-se H_0 , ou seja, a proporção de cooperados que estão em situação de endividamento supera significativamente 50% do total.

Os resultados apresentados são importantes para as cooperativas, por indicarem alinhamento com as informações contextualizadas na seção 1, de modo que os pontos de atenção devem ser considerados por essas entidades.

O Gráfico 14 evidencia o percentual de respondentes que declararam possuir algum compromisso financeiro em atraso há mais de 15 dias, estando em inadimplência.

Gráfico 14 – Inadimplência pessoal dos respondentes.

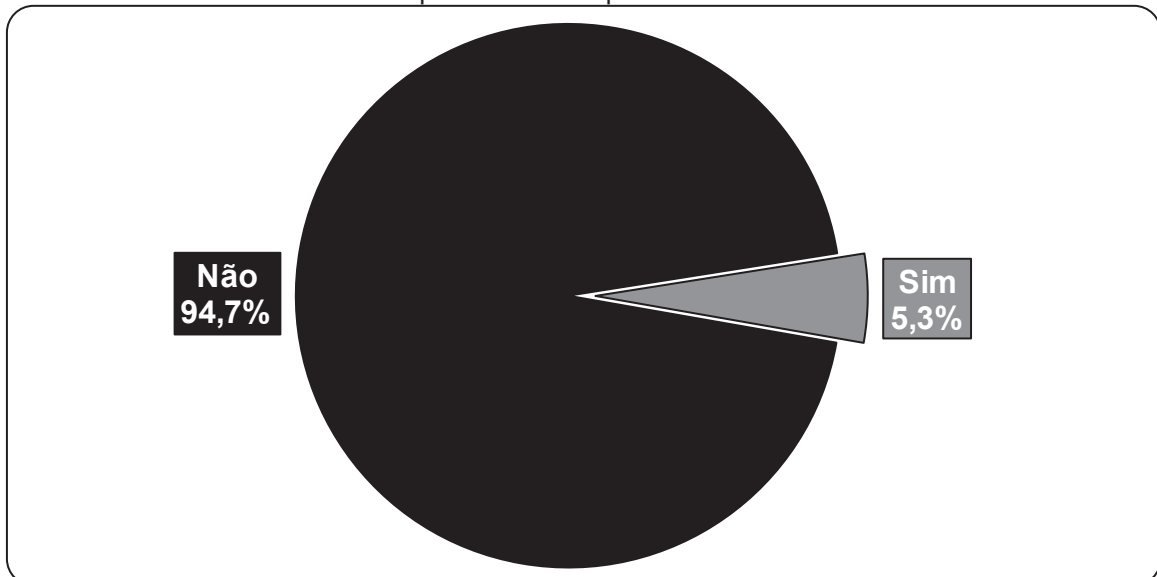


Fonte: o autor (2016).

Observa-se que apenas 15,0% (40) dos respondentes estão inadimplentes, enquanto a maior parte, 85,0% (226), está adimplente ou não possui dívidas, quadro com resultados melhores em relação aos dados do Paraná e Brasil.

O Gráfico 15 indica o percentual de respondentes que informaram não possuir condições de honrar seus compromissos financeiros.

Gráfico 15 – Sobre-endividamento pessoal dos respondentes.



Fonte: o autor (2016).

Pautando-se no Gráfico 15, conclui-se que somente 5,3% (14) dos respondentes não terão condições de cumprir os pagamentos devidos aos seus

credores, estando em situação de sobre-endividamento. A grande maioria, 94,7% (252), possui condições de efetuar a quitação de suas dívidas, estando inadimplente ou não.

Os resultados do sobre-endividamento, como os de inadimplência, demonstram aspectos positivos, sendo seus números melhores que os dados do Paraná e do Brasil em pesquisa sobre o tema, indicando que os indivíduos estudados possuem melhor estabilidade financeira, seja pelo conhecimento aplicado em controles dos seus recursos, seja pela estabilidade profissional em seus ramos de atuação.

4.5 ESTIMATIVA DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA BINÁRIA

Buscando atingir o objetivo específico “d” – modelar matematicamente a relação entre educação financeira e endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses – e testar H_4 – quanto maior é a participação em programas de educação financeira, menor é o endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses –, foi elaborado um modelo de regressão logística binária, considerando os construtos perfil socioeconômico, educação financeira e endividamento. O modelo foi selecionado devido ao fato de as variáveis dependentes do construto endividamento (ciclo do endividamento: endividamento, inadimplência e sobre-endividamento) serem binárias. Desse modo, a variável dependente não representa os valores dos dados brutos, mas a probabilidade de o evento estudado ocorrer.

A Tabela 6 evidencia a frequência observada entre as variáveis dependentes e independentes, conforme o modelo sugerido.

Tabela 6 – Frequência entre variáveis dependentes e independentes.

Construto	Variável independente				Variável dependente							
					End.		Inad.		Sobre-end.		Total var. indep.	
	Questão	Variável	Cód.	Alternativa	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Freq.	%
Perfil Socioeconômico	PSE.2	Gênero	1	Feminino	76	46	24	98	11	111	122	45,9
			2	Masculino	77	67	16	128	3	141	144	54,1
	PSE.3	Faixa etária	1	De 18 a 29 anos	57	42	21	78	6	93	99	37,2
			2	De 30 a 39 anos	57	31	12	76	6	82	88	33,1
			3	De 40 a 49 anos	28	19	4	43	1	46	47	17,7
			4	De 50 a 59 anos	9	14	2	21	1	22	23	8,6
			5	60 anos ou mais	2	7	1	8	0	9	9	3,4
	PSE.4	Maior grau de instrução completo	1	De 18 a 29 anos	57	42	21	78	6	93	99	37,2
			2	De 30 a 39 anos	57	31	12	76	6	82	88	33,1
			3	De 40 a 49 anos	28	19	4	43	1	46	47	17,7
			4	De 50 a 59 anos	9	14	2	21	1	22	23	8,6
			5	60 anos ou mais	2	7	1	8	0	9	9	3,4
	PSE.5	Estado civil	1	Solteiro	22	39	6	55	2	59	61	22,9
			2	Em um relacionamento sério	18	7	9	16	2	23	25	9,4
			3	Casado ou união estável	106	65	23	148	10	161	171	64,3
			4	Separado ou divorciado	7	1	2	6	0	8	8	3,0
			5	Viúvo	0	1	0	1	0	1	1	0,4
	PSE.6	Número de filhos	1	0 filho	75	54	25	104	7	122	129	48,5
			2	1 filho	35	21	7	49	4	52	56	21,1
			3	2 filhos	31	30	5	56	3	58	61	22,9
			4	3 filhos	8	5	3	10	0	13	13	4,9
			5	4 ou mais filhos	4	3	0	7	0	7	7	2,6
	PSE.7	Número de pessoas que dependem economicamente	1	0 pessoa	41	30	14	57	3	68	71	26,7
			2	1 pessoa	44	35	13	66	6	73	79	29,7
			3	2 pessoas	30	24	3	51	2	52	54	20,3
			4	3 pessoas	25	17	7	35	3	39	42	15,8
5			4 ou mais pessoas	13	7	3	17	0	20	20	7,5	
PSE.8	Número de pessoas que residem na mesma moradia	1	0 pessoa	6	11	0	17	0	17	17	6,4	
		2	1 pessoa	50	36	14	72	6	80	86	32,3	
		3	2 pessoas	34	25	7	52	4	55	59	22,2	
		4	3 pessoas	42	31	10	63	2	71	73	27,4	
		5	4 ou mais pessoas	21	10	9	22	2	29	31	11,7	
PSE.9	Residência	1	Própria quitada	63	66	20	109	7	122	129	48,5	
		2	Própria financiada	55	18	7	66	2	71	73	27,4	
		3	Alugada	25	23	9	39	3	45	48	18,0	
		4	Emprestada ou cedida	10	6	4	12	2	14	16	6,0	
		5	Habitação coletiva	0	0	0	0	0	0	0	0,0	
PSE.10	Exerce atividade remunerada	1	Sim	149	107	40	216	14	242	256	96,2	
		2	Não	4	6	0	10	0	10	10	3,8	
PSE.13	Faixa de renda bruta mensal	1	Até R\$ 1.760,00	27	24	14	37	5	46	51	19,2	
		2	De R\$ 1.760,01 a R\$ 4.400,00	65	38	19	84	9	94	103	38,7	
		3	De R\$ 4.400,01 a R\$ 8.800,00	36	29	3	62	0	65	65	24,4	
		4	De R\$ 8.800,01 a R\$ 17.600,00	22	15	4	33	0	37	37	13,9	
		5	Acima de R\$ 17.600,00	3	7	0	10	0	10	10	3,8	
Educação Financeira	EF.1a	ED. na infância ouadolesc.	1	Não	73	51	23	101	8	116	124	46,6
			2	Sim	80	62	17	125	6	136	142	53,4
EF.2a	ED. na fase adulta	1	Não	66	47	27	86	12	101	113	42,5	
		2	Sim	87	66	13	140	2	151	153	57,5	
Total das variáveis dependentes				Frequência	153	113	40	226	14	252	266	
				%	57,5	42,5	15,0	85,0	5,3	94,7		100,0

Fonte: o autor (2016).

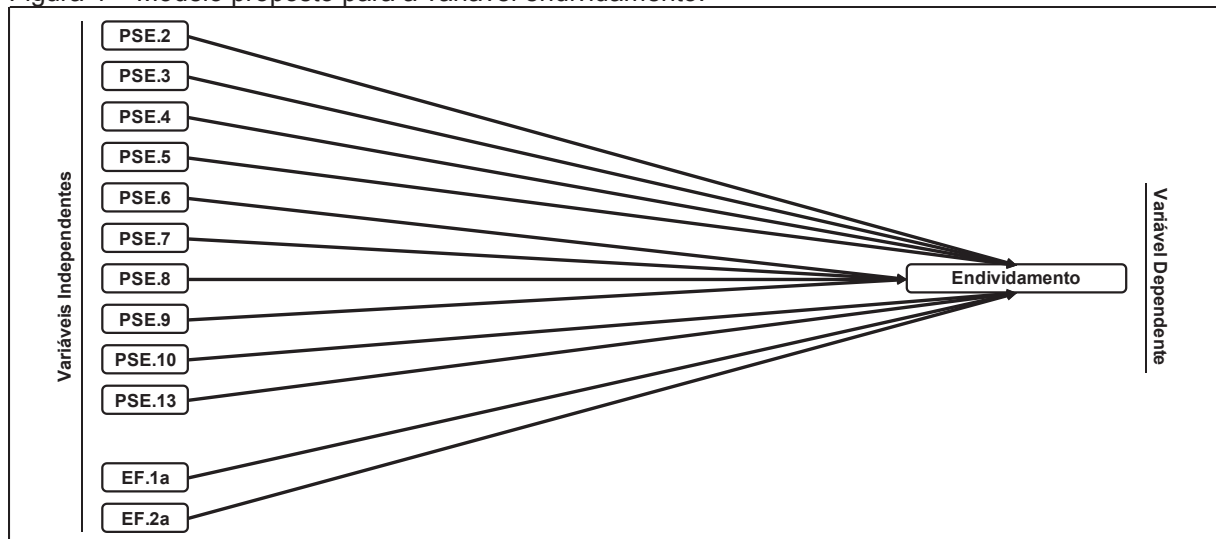
Realizou-se a modelagem usando o procedimento de estimativa das variáveis sem a exclusão sucessiva delas, visando a determinar o modelo mais amplo possível, ou seja, buscando apenas determinar quais variáveis independentes explicam a variável dependente. O ponto de corte utilizado para classificação foi o de probabilidade igual a 0,5, o que definiu a probabilidade de inclusão ou não para os dois grupos analisados.

A aplicação do modelo foi testada individualmente, conforme apresentado nas próximas subseções.

4.5.1 Aplicação do modelo à variável endividamento

O percentual de endividados foi igual a 57,5%, fruto da razão existente entre o número de respondentes caracterizados como endividados (153 indivíduos) e o total de respondentes (266 indivíduos). A Figura 4 representa o modelo proposto para aplicação à variável dependente endividamento.

Figura 4 – Modelo proposto para a variável endividamento.



Fonte: o autor (2016).

Para o procedimento de regressão logística binária, foi utilizado o *software* Xlstat, cujos resultados e respectivas interpretações são demonstrados nos passos seguintes.

A Tabela 7 apresenta a estimativa do modelo de regressão logística binomial considerando um nível de significância estatística de 10%.

Tabela 7 – Estimativa do modelo de regressão logística binária (endividamento).

Fonte	Valor	Qui-quadrado de Wald	Pr > Qui ²	Razão de Odds
Intercepto	-0,502	0,134	0,714	
PSE.3	0,365	3,399	0,065	1,441
PSE.5	-0,903	20,501	< 0,0001	0,405
PSE.8	-0,340	4,461	0,035	0,712

Fonte: o autor (2016).

Percebe-se, considerando $Pr > Qui^2$, que a variável independente que mais explica a dependente é PSE.5 (estado civil), a qual tem um relacionamento negativo, ou seja, quanto menor é a opção selecionada na escala de estado civil, maior é a probabilidade de se tornar endividado; assim, quem é solteiro tem maior probabilidade de se tornar endividado. A variável PSE.8 (número de pessoas que residem na mesma moradia) também tem um relacionamento negativo, ou seja, quanto menor é a opção selecionada na escala, maior é a probabilidade de se tornar endividado; desse modo, quem reside sozinho possui maior probabilidade de se tornar endividado. Por fim, com menor poder de explicação, tem-se a variável PSE.3 (faixa etária). Nenhuma das variáveis estimadas do construto educação financeira foi estatisticamente significativa no nível de 10%.

A Tabela 8 evidencia a estimativa para a amostra que examina o percentual de indivíduos classificados correta ou incorretamente.

Tabela 8 – Classificação para a amostra de estimativa (endividamento).

dela	Sim (1)	Não (2)	Total	% correto
Sim (1)	126	27	153	82,4
Não (2)	56	57	113	50,4
Total	182	84	266	68,8

Fonte: o autor (2016).

Observa-se que o nível de assertividade do modelo estimado foi de 68,8%, com 126 (82,4%) indivíduos classificados corretamente como endividados, enquanto 57 (50,4%) foram classificados como não endividados assertivamente. Portanto, esse índice de acerto da amostra de estimativa do modelo logístico apresenta resultados considerados satisfatórios, ao ser superior a 50% no total.

A Tabela 9 demonstra os resultados do teste de Hosmer-Lemeshow para o modelo, considerando a variável endividamento.

Tabela 9 – Teste de Hosmer-Lemeshow (endividamento).

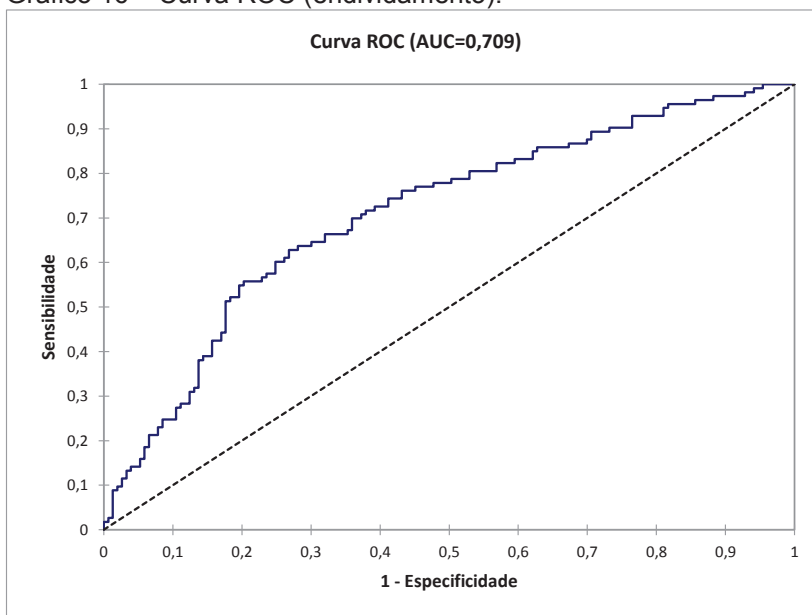
Estatística	Qui-quadrado	GL	Pr > Qui²
Estatística de Hosmer-Lemeshow	8,405	8	0,395

Fonte: o autor (2016).

A estatística Qui-quadrado apresentou como resultado 8,405, com oito graus de liberdade e valor-P igual a 0,395. Esse resultado conduz à não rejeição da hipótese nula do teste, endossando a aderência do modelo aos dados.

O Gráfico 16 retrata a curva ROC, que permite aferir a acurácia do modelo.

Gráfico 16 – Curva ROC (endividamento).



Fonte: o autor (2016).

Verifica-se que a área abaixo da curva ROC é igual a 0,709 e que, no nível de significância estatística de 5%, existem evidências que levam à rejeição da hipótese nula – igual a 0,5 (área abaixo da reta que retrata o poder de discriminação nulo) –, ou seja, o modelo estimado apresenta poder discriminatório.

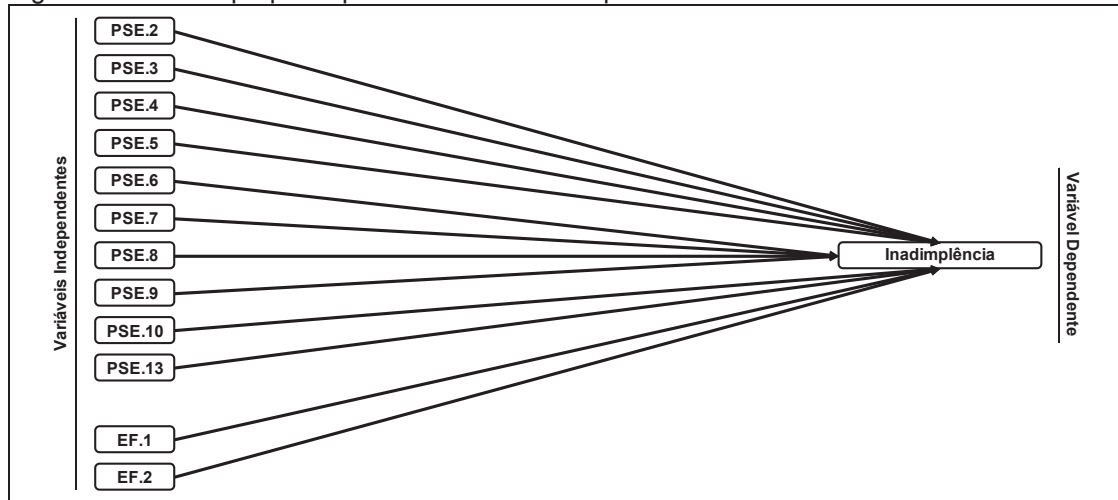
Considerando a estimativa de assertividade do modelo, o resultado do teste de Hosmer-Lemeshow e o valor obtido na curva ROC, entende-se que o modelo testado tem validade estatística, aplicando a regressão logística binária.

4.5.2 Aplicação do modelo à variável inadimplência

O percentual de inadimplentes foi igual a 15,0%, fruto da razão existente entre o número de respondentes caracterizados como inadimplentes (40 indivíduos) e o

total de respondentes (266 indivíduos). A Figura 5 representa o modelo proposto para aplicação à variável dependente inadimplência.

Figura 5 – Modelo proposto para a variável inadimplência.



Fonte: o autor (2016).

Para o procedimento de regressão logística binária, foi utilizado o *software* Xlstat, cujos resultados e respectivas interpretações são demonstrados nos passos seguintes.

A Tabela 10 evidencia a estimativa do modelo de regressão logística binomial, considerando um nível de significância estatística de 10%.

Tabela 10 – Estimativa do modelo de regressão logística binária (inadimplência).

Fonte	Valor	Qui-quadrado de Wald	Pr > Qui ²	Razão de Odds
Intercepto	-19,509	0,000	0,992	
PSE.4	0,648	4,465	0,035	1,911
PSE.5	-0,878	9,049	0,003	0,415
PSE.6	0,712	4,022	0,045	2,038
PSE.8	-0,731	9,379	0,002	0,481
PSE.13	0,580	3,926	0,048	1,786
EF.1 ^a	0,926	4,595	0,032	2,525

Fonte: o autor (2016).

Considerando $Pr > Qui^2$, a variável independente que mais explica a dependente é PSE.8 (número de pessoas que residem na mesma moradia), ou seja, quanto menor é a opção selecionada na escala, maior é a probabilidade de se tornar inadimplente; assim, quem reside sozinho possui maior probabilidade. A próxima variável é PSE.5 (estado civil), a qual também tem relacionamento negativo, ou seja, quanto menor é a opção selecionada na escala de estado civil, maior é a

probabilidade de se tornar inadimplente; desse modo, quem é solteiro tem maior probabilidade de se tornar inadimplente. Na sequência, tem-se EF.1a (educação financeira na infância ou adolescência), significando que, quanto maior é a educação financeira na infância ou adolescência, menor é a probabilidade de inadimplência, dado importante para as cooperativas direcionarem ações sobre o tema. Finalizando a análise de significância, tem-se PSE.4 (maior grau de instrução completo), seguida de PSE.6 (número de filhos) e, com menor poder de explicação, PSE.13 (faixa de renda bruta mensal).

Um aspecto importante, em relação à variável inadimplência, é que a educação financeira na infância ou adolescência demonstra ser mais determinante do que aspectos como maior grau de instrução completo, número de filhos e faixa de renda bruta mensal.

A Tabela 11 apresenta a estimativa para a amostra que examina o percentual de indivíduos classificados correta ou incorretamente.

Tabela 11 – Classificação para a amostra de estimativa (inadimplência).

dela	Sim (1)	Não (2)	Total	% correto
Sim (1)	9	31	40	22,5
Não (2)	9	217	226	96,0
Total	18	248	266	85,0

Fonte: o autor (2016).

Percebe-se que o nível de assertividade do modelo estimado foi de 85,0%, com nove (22,5%) indivíduos classificados corretamente como inadimplentes, enquanto 217 (96,0%) foram classificados assertivamente como não inadimplentes. Esse índice de acerto da amostra de estimativa do modelo logístico apresenta resultados considerados satisfatórios, por serem superiores a 50% no total. Cabe ressaltar que o modelo apresentou baixa assertividade para classificar corretamente como inadimplentes.

A Tabela 12 evidencia os resultados do teste de Hosmer-Lemeshow para o modelo, considerando a variável inadimplência.

Tabela 12 – Teste de Hosmer-Lemeshow (inadimplência).

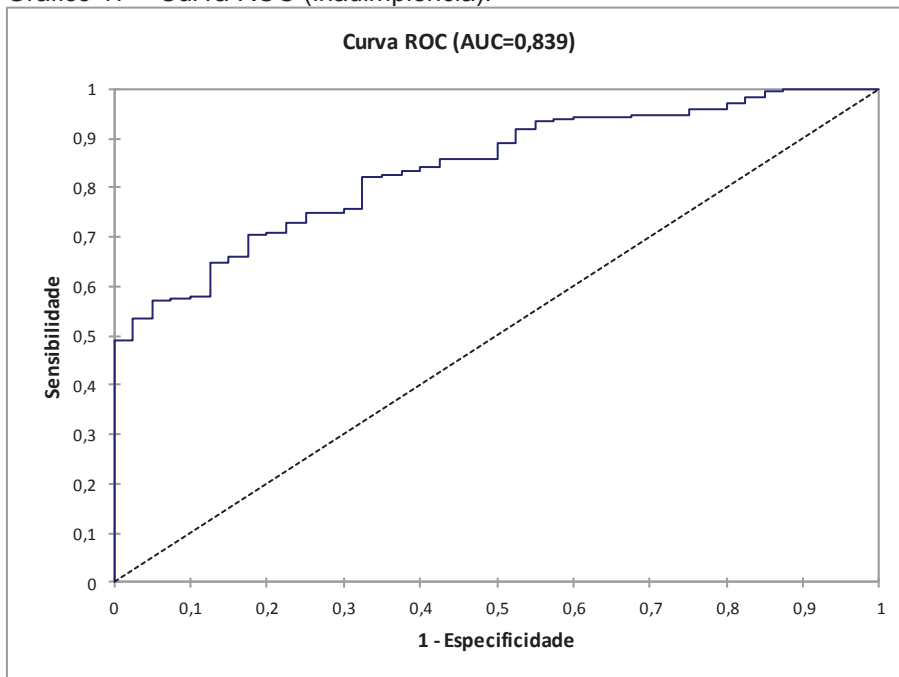
Estatística	Qui-quadrado	GL	Pr > Qui²
Estatística de Hosmer-Lemeshow	11,470	8	0,176

Fonte: o autor (2016).

A estatística Qui-quadrado apresentou como resultado 11,470, com oito graus de liberdade e valor-P igual a 0,176. Esse resultado conduz à não rejeição da hipótese nula do teste, endossando a aderência do modelo aos dados.

O Gráfico 17 retrata a curva ROC, que permite aferir a acurácia do modelo.

Gráfico 17 – Curva ROC (inadimplência).



Fonte: o autor (2016).

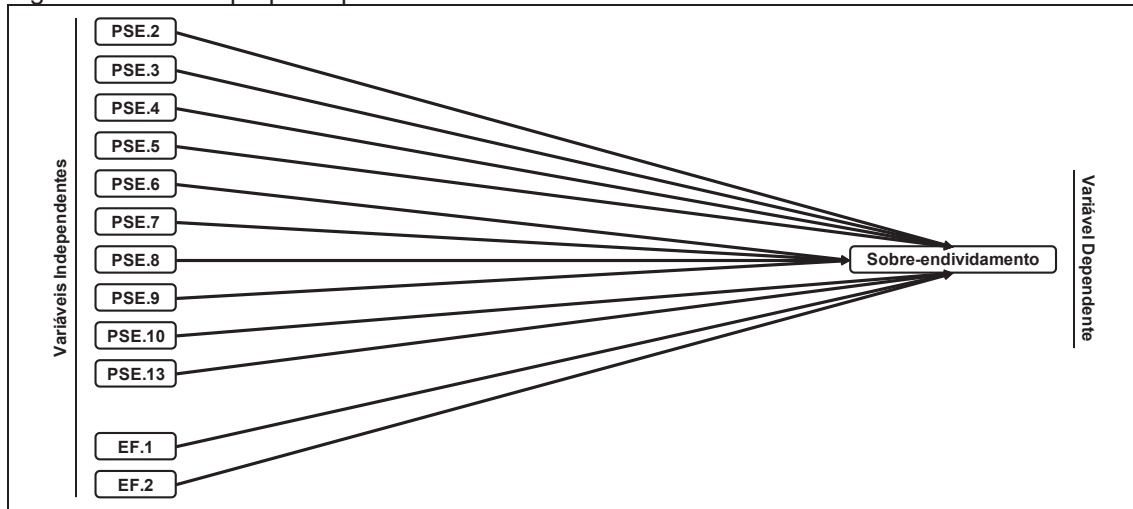
Verifica-se que a área abaixo da curva ROC é igual a 0,839 e que, no nível de significância estatística de 5%, existem evidências que levam à rejeição da hipótese nula – igual a 0,5 (área abaixo da reta que retrata o poder de discriminação nulo) –, ou seja, o modelo estimado apresenta poder discriminatório.

Considerando a estimativa de assertividade do modelo, o resultado do teste de Hosmer-Lemeshow e o valor obtido na curva ROC, entende-se que o modelo testado tem validade estatística, aplicando a regressão logística binária.

4.5.3 Aplicação do modelo à variável sobre-endividamento

O percentual de sobre-endividamento foi igual a 5,3%, fruto da razão existente entre o número de respondentes caracterizados como sobre-endividados (14 indivíduos) e o total de respondentes (266 indivíduos). A Figura 6 representa o modelo proposto para aplicação à variável dependente sobre-endividamento.

Figura 6 – Modelo proposto para a variável sobre-endividamento.



Fonte: o autor (2016).

Para o procedimento de regressão logística binária, foi utilizado o *software* Xlstat, cujos resultados e respectivas interpretações são demonstrados nos passos seguintes.

A Tabela 13 evidencia a estimativa do modelo de regressão logística binomial, considerando um nível de significância estatística de 10%.

Tabela 13 – Estimativa do modelo de regressão logística binária (sobre-endividamento).

Fonte	Valor	Qui-quadrado de Wald	Pr > Qui ²	Razão de Odds
Intercepto	-19,782	0,000	0,992	
PSE.13	1,411	5,270	0,022	4,100

Fonte: o autor (2016).

Considerando $Pr > Qui^2$, a variável independente que mais explica a variável dependente é PSE.13 (faixa de renda bruta mensal). Ademais, nenhuma das variáveis estimadas do construto educação financeira foi estatisticamente significativa no nível de 10%.

A Tabela 14 apresenta a estimativa para a amostra que examina o percentual de indivíduos classificados correta ou incorretamente.

Tabela 14 – Classificação para a amostra de estimativa (sobre-endividamento).

dela	Sim (1)	Não (2)	Total	% correto
Sim (1)	0	14	14	0,0
Não (2)	0	252	252	100,0
Total	0	266	266	94,7

Fonte: o autor (2016).

Percebe-se que o nível de assertividade do modelo estimado foi de 94,7%, com nenhum indivíduo classificado corretamente como sobre-endividado, porém 252 (100,0%) foram classificados assertivamente como não sobre-endividados corretamente. Esse índice de acerto da amostra de estimativa do modelo logístico apresenta resultados considerados satisfatórios, por serem superiores a 50% no total. Cabe ressaltar que o modelo não apresentou assertividade para classificar corretamente como sobre-endividados.

A Tabela 15 evidencia os resultados do teste de Hosmer-Lemeshow para o modelo, considerando a variável sobre-endividamento.

Tabela 15 – Teste de Hosmer-Lemeshow (sobre-endividamento).

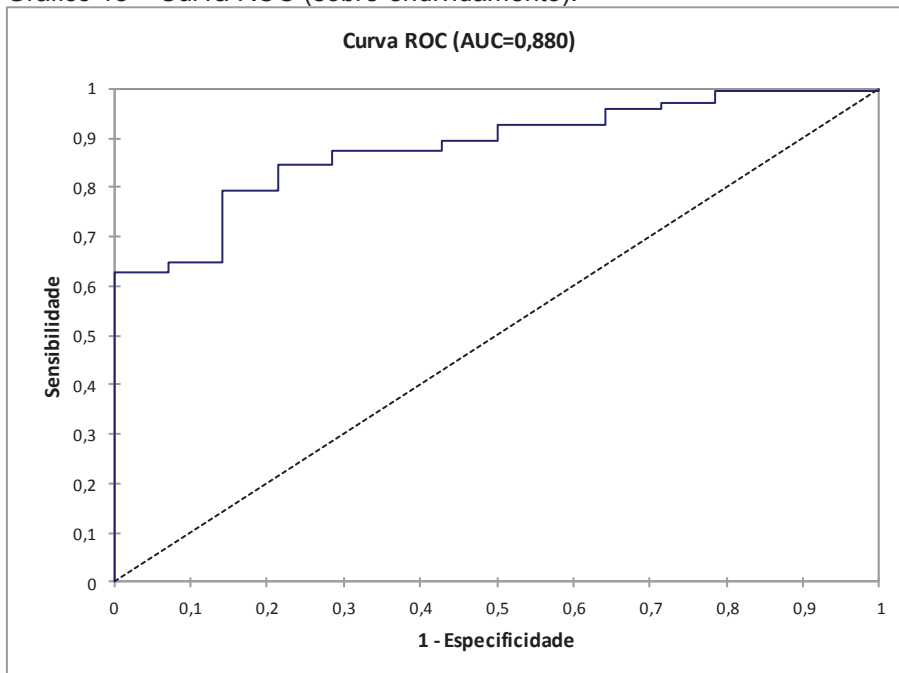
Estatística	Qui-quadrado	GL	Pr > Qui²
Estatística de Hosmer-Lemeshow	1,375	8	0,995

Fonte: o autor (2016).

A estatística Qui-quadrado apresentou como resultado 1,375, com oito graus de liberdade e valor-P igual a 0,995. Esse resultado conduz à não rejeição da hipótese nula do teste, endossando a aderência do modelo aos dados.

O Gráfico 18 retrata a curva ROC, que permite aferir a acurácia do modelo.

Gráfico 18 – Curva ROC (sobre-endividamento).



Fonte: o autor (2016).

Verifica-se que a área abaixo da curva ROC é igual a 0,880 e que, no nível de significância estatística de 5%, existem evidências que levam à rejeição da hipótese nula – igual a 0,5 (área abaixo da reta que retrata o poder de discriminação nulo) –, ou seja, o modelo estimado apresenta poder discriminatório.

Considerando a estimativa de assertividade do modelo, o resultado do teste de Hosmer-Lemeshow e o valor obtido na curva ROC, entende-se que o modelo testado tem validade estatística, aplicando a regressão logística binária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente disponibilidade de crédito pessoal nos últimos anos tem atendido aos indivíduos quanto às suas necessidades e vontades. Entretanto, esse maior acesso não está diretamente associado a uma adesão com um planejamento adequado, possibilitando que a situação de endividamento evolua para inadimplência ou, ainda, sobre-endividamento, situação em que o indivíduo não possui condições de regularizar seus compromissos financeiros.

Além da importância para os indivíduos que passam por essa situação e o mercado, que sofre seus reflexos, organizações com características próprias, como as cooperativas, em que todos os cooperados têm participação nos processos decisórios, podem sofrer impactos negativos devido à situação de endividamento destes, pois suas decisões podem ser afetadas por questões pessoais. Em relação ao endividamento, ações voltadas à educação financeira podem minimizar sua ocorrência e gravidade. Diante disso, esta pesquisa foi elaborada com o objetivo de analisar a relação entre educação financeira e endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses.

A partir dos resultados, mediante análise da amostra com a estatística descritiva e o teste z, foi testada a H_1 : a educação financeira dos cooperados das cooperativas paranaenses na infância ou adolescência é fraca ou inexistente. Tal hipótese está vinculada ao primeiro objetivo específico: apurar se os cooperados das cooperativas paranaenses receberam orientações sobre como cuidar do seu dinheiro na infância ou adolescência. H_1 confirmou-se, pois o percentual de 53,4% de respondentes que receberam educação financeira na infância ou adolescência não supera significativamente 50% do total. Depreende-se, assim, que há uma clara oportunidade para as cooperativas no sentido de desenvolver ações voltadas a suprir essa insuficiência, em especial, pautando-se no seu quinto princípio – educação, formação e informação, em especial para os jovens.

Nos mesmos moldes, foi testada a H_2 : não ocorre participação dos cooperados das cooperativas paranaenses em programas de educação financeira ofertados por elas, relacionada ao segundo objetivo específico: identificar a participação dos cooperados das cooperativas paranaenses em programas de educação financeira ofertados ou patrocinados por elas. H_2 , em primeira análise,

confirmou-se, pois o percentual de 30,1% de respondentes que receberam educação financeira em programas organizados ou patrocinados por cooperativas está muito abaixo de 50% do total, representando uma carência para a qual as organizações cooperativistas devem voltar sua atenção, uma vez que, além da ligação com o quinto princípio, os cooperados podem eventualmente necessitar desses conhecimentos para contribuir ainda mais com o desenvolvimento delas. Entretanto, durante a análise dos dados, buscou-se observar a mesma situação em relação à H₂ a partir de outro ponto de vista: a conversão dos cooperados que tomaram conhecimento de programas de educação financeira organizados ou patrocinados por cooperativas. Notou-se que 60,6% deles participaram das mencionadas iniciativas. Neste caso, um teste adicional foi realizado e observou-se que esse percentual é significativamente superior a 50%, demonstrando que, para aqueles que tiveram conhecimento da disponibilidade de tais formações, a adesão foi relevante. Assim, cabe às cooperativas, além de ofertar tais iniciativas, levá-las ao conhecimento de seus cooperados, por meio de uma divulgação competente. Em outras palavras, não basta apenas ofertar; é necessário conscientizar sobre a oferta e sua importância.

Na última análise, com as mesmas características das anteriores, testou-se H₃: a maioria dos cooperados das cooperativas paranaenses apresenta endividamento, relacionada ao terceiro objetivo específico: avaliar os cooperados das cooperativas paranaenses quanto ao endividamento pessoal. H₃ também se confirmou: 57,5% dos respondentes declararam-se endividados, percentual que supera significativamente a metade do universo estudado. Aqui, nota-se, evidentemente, um ponto de atenção para as cooperativas, visto que elas são geridas direta ou indiretamente pelos seus cooperados – e quanto melhor é sua saúde financeira, melhor tende a ser a saúde financeira da cooperativa. Por outro lado, vale ressaltar que o índice de endividamento observado é inferior aos índices do Brasil e do Paraná.

Finalmente, testou-se H₄: quanto maior é a participação em programas de educação financeira, menor é o endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses, relacionada ao quarto objetivo específico: modelar matematicamente a relação entre educação financeira e endividamento pessoal dos cooperados das cooperativas paranaenses. A análise foi realizada com base nos

resultados da regressão logística binária, buscando-se um modelo para cada um dos três níveis de endividamento considerados: endividamento, inadimplência e sobreendividamento. Por meio das informações obtidas nessa modelagem, H₄ confirmou-se parcialmente, pois nos três níveis de endividamento apenas EF.1a (educação financeira na infância ou adolescência) apresentou resultado significativo a 10% em relação ao nível de inadimplência.

Considerando que todas as hipóteses foram devidamente testadas, alcançando, assim, seus respectivos objetivos específicos, pode-se concluir que o objetivo geral desta pesquisa foi atingido, apresentando informações importantes para as cooperativas, as quais podem incluir em seus planejamentos ações que visem a desenvolver iniciativas voltadas aos temas abordados.

Do ponto de vista prático, depreende-se que a educação financeira na infância e na adolescência contribui significativamente para evitar quadros de inadimplência na vida adulta. Assim, recomenda-se que as cooperativas lancem mão de programas de educação financeira não apenas para seus cooperados, mas, principalmente, para seus filhos e netos – investindo nas futuras gerações de cooperados. Essa constatação, se for considerada válida e, conseqüentemente, aproveitada pelos gestores das cooperativas, poderá contribuir de forma significativa para a longevidade dessas organizações e a melhoria da qualidade de vida de seus cooperados.

5.1 LIMITAÇÕES

Pode-se considerar limitação da pesquisa o fato de ser uma amostra não probabilística. O questionário aplicado via internet pode ter inibido a participação de pessoas com idade mais avançada, que tendem a utilizar menos o computador e a internet. Essa situação pode se repetir com cooperados do ramo agropecuário, uma vez que eventualmente, na área rural em que residem, podem ter acesso limitado à internet, dificultando sua participação. Ademais, as técnicas estatísticas apresentam limitações quando utilizadas para tentar explicar um fenômeno real, em especial, quando se trata de um fenômeno complexo, como o endividamento do indivíduo.

5.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A partir dos resultados obtidos neste estudo, apresentam-se, a seguir, algumas recomendações para o prosseguimento de pesquisas nessa área.

Como o estudo foi focado nos resultados de uma amostra composta apenas por cooperados das cooperativas paranaenses, é importante realizar um estudo comparativo com outra amostra, se possível maior e com perfil diferente. Ainda, a maior significância das variáveis do perfil socioeconômico no modelo testado demonstra que esse é um tema a ser estudado com a aplicação de outros testes, a fim de desenvolver um modelo específico.

REFERÊNCIAS

- AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009.
- ARAÚJO, F. A. L.; SOUZA, M. A. P. **Educação financeira para um Brasil sustentável**: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. Brasília, DF: Bacen, 2012. (Trabalhos para Discussão, n. 280).
- ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL (AEF-BRASIL). **Quem somos**. 2015. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/quem-somos/>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **O programa de educação financeira do Banco Central**. 2015. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?BCEDFIN>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- _____. **Relatório de estabilidade financeira**. 2016. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?relestab201604>>. Acesso em: 14 jun. 2016
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Economia e gestão de organizações cooperativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) – maio 2016**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--18>>. Acesso em: 14 jun. 2016.
- COOK, M. L. The future of U.S. agricultural cooperatives: a neo-institutional approach. **American Journal Agricultural Economy**, n. 77, p. 1153-1159, 1995.
- DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e economia**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
- ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF). **Quem somos e o que fazemos**. 2015. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem_somos_e_o_que_fazemos.html>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- FECOMÉRCIO-PR – Federação do Comércio do Estado do Paraná. **Paranaenses reduzem nível de endividamento no mês de maio**. 2015. Disponível em: <<http://www.fecomerciopr.com.br/sala-de-imprensa/noticia/paranaenses-reduzem->

nivel-de-endividamento-no-mes-de-maio/>. Acesso em: 01 jun. 2015.

FERREIRA, G. M. V. **Governança e sua relação com a fidelidade em cooperativas**. 2014. 222 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

FOWLER, F. J. **Pesquisa de levantamento**. Porto Alegre: Penso, 2011.

FREIRE, A. A. S. et al. Metodologias de aferição da acurácia de modelos de classificação de risco de crédito. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. Aplicabilidade da análise dinâmica do capital de giro como instrumento de avaliação da gestão financeira em 144 cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 129-150, jan./abr. 2008.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. São Paulo: Campus, 2006.

HAIR JR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

_____. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Área territorial brasileira** – consulta por unidade da federação. 2015. Disponível em: <<http://archive.is/Gekj7#selection-1967.0-1967.33>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Renda domiciliar per capita 2015**. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_renda_percapita.shtm>. Acesso em: 16 jun. 2016.

INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE (ICA). **What is a co-operative?** 2016. Disponível em: <<http://ica.coop/en/what-co-operative>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

KLEIN, A. Z. et al. **Metodologia de pesquisa em administração: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia científica**. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento, 2004.

NOGAS, P. S. M. **Avaliação das características demográficas, socioeconômicas, comportamentais e da experiência com perdas e ganhos na decisão de investir no mercado acionário brasileiro**. 2010. 171 f. Tese (Doutorado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Cooperativismo**. 2014. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD's financial education project**. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/oecdfinancialeducationprojectbackgroundandimplementation.htm>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. Brasília, DF: Instituto San Tiago Dantas, 2009.

PIVOTO, D. **Governança cooperativa**: uma análise dos problemas oriundos dos direitos de propriedade difusos nas cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

POTRICH, A. C. G. et al. Alfabetização financeira no Sul do Brasil: modelagem e invariância entre gêneros. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E FINANÇAS COMPORTAMENTAIS, 2014, São Paulo. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2014.

RIBAS, J. R.; VIEIRA, P. R. C. **Análise multivariada com o uso do SPSS**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

RIBEIRO, C. A. et al. Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

RICKEN, J. R. **O modelo de integração econômica e social nas cooperativas agropecuárias do Paraná**. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, R. Novos rumos do cooperativismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 11., 1997, Brasília, DF. **Anais...** [S.l.: s.n.], 1997. p. 90-96.

RUBERTO, I. V. G. et al. A influência dos fatores macroeconômicos no endividamento das famílias brasileira no período 2005-2012. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 58-77, 2013.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, P. A.; KIENEN, N.; CASTIÑEIRA, M. I. **Metodologia da pesquisa social: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório**. São Paulo: Atlas, 2015.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SILVA, T. M. **Cooperativismo, capital social e desenvolvimento local: o caso da Cooprocor de Corumbataí do Sul e região**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ (OCEPAR). **Cooperativismo paranaense: desenvolvimento sustentável no campo e na cidade**. 2015. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

_____. **Fórum finanças I: evento mostra cenário econômico e financeiro das cooperativas do PR**. 2016. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/2011-12-07-11-06-29/ultimas-noticias/108000-forum-financas-i-evento-mostra-cenario-economico-e-financeiro-das-cooperativas-do-pr>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

TAKEDA, T.; DAWID, P. E. **Um estudo sobre comportamento de tomadores e ofertantes no mercado de crédito**. Brasília, DF: Bacen, 2013. (Trabalhos para Discussão, n. 338).

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma Universidade Pública do Norte do Paraná. *Revista de Administração da UNIMEP*, Piracicaba, v. 9, n. 3, p. 61-86, set./dez. 2011.

ZYLBERSZTAJN, D. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. In: BRAGA, M. J.; REIS, B. S. (Org.). **Agronegócio cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: Suprema, 2002. p. 55-76.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Questionário da Dissertação de Luciano Cardoso

Q1.1 Prezado(a), sou estudante do Mestrado Profissional em Gestão de Cooperativas da PUCPR, estou desenvolvendo um estudo que pretende identificar possíveis relações entre educação financeira e inadimplência. Acredito que este estudo tem grande importância, pois pode contribuir para a discussão de novas formas de enfrentamento de crises econômicas regionais, nacionais ou mundiais a partir do comportamento individual.

Para participar é necessário ter 18 anos ou mais, e dispor de aproximadamente 10 minutos para responder a todas as perguntas com atenção.

Será mantido sigilo sobre as informações apresentadas, não havendo qualquer identificação do respondente ou associação de dados particulares com as respostas. Assim, entendemos que não há riscos relacionados a esta pesquisa.

Este processo não gera custo ou receita ao respondente.

Sua participação é livre e pode ser interrompida a qualquer momento por sua própria vontade sem a necessidade de justificativa. De todo modo, pedimos sua participação para que a pesquisa seja possível.

Agradecemos pela oportunidade do contato e por sua disponibilidade de participar respondendo a este questionário.

Luciano Cardoso (cardoso.luciano@gmail.com), estudante do PPGCOOP-PUCPR, e Paulo Nogas (paulo.nogas@pucpr.br) professor do PPGCOOP-PUCPR.

Tenho 18 anos ou mais e concordo em participar

Tenho menos de 18 anos ou não concordo em participar

Construto Caracterização Cooperativista

Q2.1 Atualmente você faz parte de alguma cooperativa?

Sim

Não

Q2.2 Qual o seu papel na cooperativa? (É possível selecionar ambas opções)

Cooperado

Colaborador

Q2.3 Qual o ramo da cooperativa? (Classificação da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB)

Agropecuário

Habitacional

Trabalho

Consumo

Infraestrutura

Transporte

Crédito

Mineral

Turismo e lazer

Educacional

Produção

Outro

Especial

Saúde

Qual?

Q2.4 Selecione a unidade da federação e o código DDD de onde se localiza a cooperativa.

Acre

Espírito Santo

Paraíba

Rondônia

Alagoas

Goiás

Paraná

Roraima

Amapá

Maranhão

Pernambuco

Santa Catarina

Amazonas

Mato Grosso

Piauí

São Paulo

Bahia

Mato Grosso do Sul

Rio de Janeiro

Sergipe

Ceará

Minas Gerais

Rio Grande do Norte Tocantins

Distrito Federal

Pará

Rio Grande do Sul

DDD?

Construto Perfil Sócio Econômico

Q3.1 Selecione a unidade da federação e o código DDD de onde você reside.

- Acre

 Espírito Santo

 Paraíba

 Rondônia
 Alagoas

 Goiás

 Paraná

 Roraima
 Amapá

 Maranhão

 Pernambuco

 O
 Santa Catarina
 Amazonas

 Mato Grosso

 Piauí

 São Paulo
 Bahia

 Mato Grosso do Sul

 Rio de Janeiro

 Sergipe
 Ceará

 Minas Gerais

 Rio Grande do Norte
 Tocantins
 Distrito Federal

 Pará

 Rio Grande do Sul

 DDD?

Q3.2 Qual o seu gênero?

- Feminino

 Masculino

Q3.3 Qual a sua faixa etária?

- De 18 a 29 anos

 De 30 a 39 anos

 De 40 a 49 anos
 De 50 a 59 anos

 60 anos ou mais

Q3.4 Qual o seu maior grau de instrução completo?

- Sem educação formal

 Ensino Fundamental ou Médio
 Ensino Superior (Graduação ou Tecnólogo)

 Especialização ou MBA
 Mestrado ou Doutorado

Q3.5 Qual o seu estado civil?

- Solteiro(a)

 Em um relacionamento

sério

Casado(a) ou com União Estável

Separado(a) ou Divorciado(a)

Viúvo(a)

Q3.6 Indique a sua resposta para as perguntas abaixo:

	0	1	2	3	4 ou mais
Quantos filhos você tem?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantas pessoas dependem de você economicamente? (Inclua filhos, cônjuge, pais, sogros, enteados, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Quantas pessoas residem com você? (Inclua filhos, cônjuge, pais, sogros, enteados, etc.)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Q3.7 A residência em que você mora é?

Própria quitada

Própria financiada

Alugada

Emprestada ou cedida

Habitação coletiva (pensionato, república, hotel, quartel, etc.)

Q3.8 Você exerce atividade remunerada?

Sim

Não

Q3.9 Qual o tipo desta atividade?

Formal

Informal

Q3.10 Há quanto tempo está nesta atividade remunerada?

Até 6 meses
3 anos

De 7 meses a 1 ano

De 1 ano e 1 mês a

De 3 anos e 1 mês a 5 anos Acima de 5 anos

Q3.11 Qual a sua faixa de renda bruta mensal? (Salário mínimo nacional 2016 de R\$ 880,00)

- Até R\$ 1.760,00 (até 2 salários mínimos)
- De R\$ 1.760,01 a R\$ 4.400,00 (acima de 2 salários mínimos até 5 salários mínimos)
- De R\$ 4.400,01 a R\$ 8.800,00 (acima de 5 salários mínimos até 10 salários mínimos)
- De R\$ 8.800,01 a R\$ 17.600,00 (acima de 10 salários mínimos até 20 salários mínimos)
- Acima de R\$ 17.600,00 (acima de 20 salários mínimos)

Construto Educação Financeira

Q4.1 Na sua infância ou adolescência você recebeu orientações de como cuidar do seu dinheiro? (Em casa ou na escola)

- Sim Não

Q4.2 Na sua fase adulta, participou de algum programa de educação?

- Sim Não

Q4.3 Teve conhecimento de algum programa de educação financeira ofertado ou patrocinado por cooperativas?

- Sim Não

Q4.4 Você participou deste programa organizado ou patrocinado por cooperativas?

- Sim Não

Construto Endividamento

Q5.1 Considere endividamento como a obtenção ou captação de crédito para alguma necessidade particular que não tem condições de atender com seus próprios recursos. Exemplos: compra de imóvel ou carro, quitação de dívidas, viagem etc. Endividamento não significa ter parcelas em atraso. Com base neste entendimento, atualmente você está endividado?

- Sim Não

Q5.2 Marque quais os tipos de dívidas que possui: (É possível selecionar mais de uma opção)

- | | | |
|---|--|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Cartão de crédito | <input type="checkbox"/> Financiamento de imóvel | <input type="checkbox"/> Carnês |
| <input type="checkbox"/> Cheque especial | <input type="checkbox"/> Crédito pessoal | <input type="checkbox"/> Outra |
| <input type="checkbox"/> Financiamento de carro | <input type="checkbox"/> Crédito consignado | Qual? |
-

Q5.3 Considere inadimplência como o não cumprimento de todas as suas obrigações financeiras. Exemplo: parcela(s) em aberto há 15 dias ou mais (financiamento imobiliário, de veículo, fatura do cartão de crédito ou outro compromisso financeiro), mas que você estima que terá condições de pagar. Com base neste entendimento, você está inadimplente atualmente?

O Sim

O Não

Q5.4 Marque quais os tipos de dívidas em atraso que possui: (É possível selecionar mais de uma opção)

- | | | |
|---|--|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Cartão de crédito | <input type="checkbox"/> Financiamento de imóvel | <input type="checkbox"/> Carnês |
| <input type="checkbox"/> Cheque especial | <input type="checkbox"/> Crédito pessoal | <input type="checkbox"/> Outra |
| <input type="checkbox"/> Financiamento de carro | <input type="checkbox"/> Crédito consignado | Qual? |
-

Q5.5 Assinale o tempo de atraso da parcela mais antiga que você tem em aberto atualmente e que estima que terá condições de pagar.

O Entre 15 e 30 dias

O Entre 31 e 60 dias

O Entre 61 e 90 dias

O Entre 91 e 120 dias

O Mais de 120 dias

Q5.6 Considere sobre-endividamento o fato de não ter condições de cumprir ou regularizar seus compromissos financeiros. Em outras palavras, está inadimplente e estima que não conseguirá pagar. Com base neste entendimento, atualmente você está sobre-endividado?

O Sim

O Não

Q5.7 Marque quais os tipos de dívidas em atraso que julga não ter condições de pagar:

- | | | |
|--|--|---------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Cartão de crédito | <input type="checkbox"/> Financiamento de imóvel | <input type="checkbox"/> Carnês |
|--|--|---------------------------------|

- Cheque especial Crédito pessoal Outra
 Financiamento de carro Crédito consignado Qual?
-

Q5.8 Assinale o tempo de atraso da parcela mais antiga que você tem em aberto atualmente e que estima que não terá condições de pagar.

- Entre 15 e 30 dias Entre 31 e 60 dias Entre 61 e 90 dias
 Entre 91 e 120 dias Mais de 120 dias

Q6.1 Indique o seu grau de concordância com as afirmações abaixo:

	Nunca	Raramente	Às vezes	Na maior parte do tempo	Sempre
Sempre pago o(s) meu(s) cartão(ões) de crédito na data de vencimento	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Preocupo-me em gerenciar da melhor forma o meu dinheiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Anoto e controlo os meus gastos pessoais (ex.: planilha)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estabeleço metas financeiras de longo prazo que influenciam na administração de minhas finanças (ex.: poupar "X" em 1 ano)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sigo um orçamento ou plano de gastos semanal ou mensal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fico mais de um mês sem fazer o balanço dos meus gastos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estou satisfeita(o) com o sistema de controle de minhas finanças	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Pago minhas contas sem atraso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consigo identificar os custos que pago ao comprar um produto a crédito	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tenho utilizado cartões de crédito e cheque especial por não possuir dinheiro disponível para as despesas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ao comprar a prazo, comparo as opções de crédito disponíveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comprometo mais de 10% da minha renda mensal com compras a crédito (exceto financiamento de imóvel e carro)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Confiro a fatura dos cartões de crédito para averiguar erros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poupo mensalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Poupo visando à compra de um produto mais caro (ex.: carro)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Possuo uma reserva financeira maior ou igual a 3 vezes a minha renda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comparo preços ao fazer uma compra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Analiso minhas finanças profundamente antes de fazer grande compra	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Compro por impulso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prefiro comprar um produto financiado a juntar para comprá-lo à vista	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

APÊNDICE B – CÓDIGO E CLASSIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Construto	Codificação do questionário		Utilização				Classificação das Variáveis	
	Código Qualtrics	Código Aplicado na Pesquisa	Delimitação	H ₁	H ₂	H ₃		H ₄
Caracterização Cooperativista	Q1.1							
	Q2.1	CC.1	X					
	Q2.2	CC.2	X					
	Q2.3	CC.3						
	Q2.4	CC.4	X					
Perfil Sócio Econômico	Q3.1	PSE.1						
	Q3.2	PSE.2				X	Independente	
	Q3.3	PSE.3				X	Independente	
	Q3.4	PSE.4				X	Independente	
	Q3.5	PSE.5				X	Independente	
	Q3.6.1	PSE.6				X	Independente	
	Q3.6.2	PSE.7				X	Independente	
	Q3.6.3	PSE.8				X	Independente	
	Q3.7	PSE.9				X	Independente	
	Q3.8	PSE.10				X	Independente	
	Q3.9	PSE.11						
Q3.10	PSE.12							
Q3.11	PSE.13				X	Independente		
Educação Financeira	Q4.1	EF.1a		X			X	Independente
	Q4.2	EF.2a					X	Independente
	Q4.3	EF.3a						
	Q4.4	EF.4a			X			
Endividamento	Q5.1	END.1				X	X	Dependente
	Q5.2	END.2						
	Q5.3	END.3					X	Dependente
	Q5.4	END.4						
	Q5.5	END.5						
	Q5.6	END.6					X	Dependente
	Q5.7	END.7						
	Q5.8	END.8						